



Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas  
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis  
Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação



Thulio Pereira Dias Gomes

Temas e questões em análise documentária de charge

Rio de Janeiro  
2013

Thulio Pereira Dias Gomes

Temas e questões em análise documentária de charge

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG/FACC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora:

Prof.<sup>a</sup> Vânia Lisbôa da Silveira Guedes

Coorientadora:

Prof.<sup>a</sup> Maria José Veloso da Costa Santos

Rio de Janeiro  
2013

G333t      Gomes, Thulio Pereira Dias.

Temas e questões em análise documental de charge / Thulio Pereira Dias  
Gomes. — Rio de Janeiro, 2013.

65 f. ; 30 cm.

Orientadora: Vânia Lisboa da Silveira Guedes.  
Coorientadora: Maria José Veloso da Costa Santos

Trabalho de Conclusão de Curso — (Graduação em Biblioteconomia). Curso  
de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, Faculdade de  
Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1. Análise documental. 2. Charge. 3. Informatividade. I. Guedes, Vânia  
Lisboa da Silveira. II. Santos, Maria José Veloso da Costa. III. Título.

CDD 025.49

Thulio Pereira Dias Gomes

Temas e questões em análise documentária de charge

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG/FACC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof.<sup>a</sup> Vânia Lisbôa da Silveira Guedes (CBG/UFRJ)  
Doutora em Linguística pela UFRJ  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Maria José Veloso da Costa Santos (CBG/UFRJ)  
Mestre em Ciência da Informação pela UFRJ  
Coorientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Ana Senna (CBG/UFRJ)  
Mestre em Ciência da Informação pela UFRJ  
Professora Convidada

---

Prof. Robson Santos Costa (CBG/UFRJ)  
Mestre em Memória Social pela UNIRIO  
Professor Convidado

*Para Naia, querida Naiazinha, cuja cumplicidade é imprescindível,  
indispensável e sobrenatural em minha jornada.*

## **AGRADECIMENTOS**

A finalização deste trabalho não apenas marca a conclusão da minha graduação como também aponta para o fim de uma jornada de quatro anos, iniciada após meu ingresso na universidade. Nesse período, durante o qual não faltaram desafios, muitos concorreram de maneiras mais diversas para que eu chegasse a este momento. Será impossível nomear a todos que me ajudaram de alguma forma, porém tentarei agradecer a alguns cuja participação fora mais direta durante este percurso.

Agradeço aos meus pais Arnaldo e Nelma por terem me permitido correr atrás de um sonho, mesmo sem terem a plena compreensão da dimensão das minhas escolhas. Agradeço também pela confiança e pelo respeito, os quais fazem toda diferença na minha vida. Agradeço pelos apoios financeiro e emocional. Agradeço também pelo carinho renovador dispensado em cada retorno à nossa casa. Não seria possível chegar até aqui sem lançar mão das dádivas mais preciosas que vocês me deram. Estes agradecimentos também se estendem à minha querida irmã Thuany, a mulher mais linda da minha vida.

Agradeço aos colegas de apartamento Antonio, Daiana, Felipe, Raina, Tiago e, especialmente ao meu colega-amigo-irmão de quarto, Diego. Todos eles são uma família que encontrei no Rio de Janeiro. Não deve ter sido fácil conviver comigo durante os meses quando escrevia este trabalho. Estendo este agradecimento aos amigos que tanto me ajudaram a tornar este sonho realidade. Agradeço por compreenderem a necessidade de eu “sumir” para me dedicar a esta pesquisa. Agradeço por relevar as minhas falhas assim como pela paciência com o meu estresse e com minha ansiedade, pela distração e descontração, pelo companheirismo e pelas incontáveis palavras de incentivo.

Agradeço à minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Vânia Guedes pela paciência com as minhas inseguranças e ansiedades. Suas revisões, comentários e dicas contribuíram muito para que este trabalho fosse concluído. Porém, foi a sua insistência no meu “brilhantismo” uma das forças decisivas para que o melhor de mim fosse dado neste trabalho. Agradeço de uma forma muito especial pelas oportunidades oferecidas a partir dessa orientação.

Agradeço à minha coorientadora Prof.<sup>a</sup> Mazé que, apesar de ter chegado ao meio do percurso da pesquisa, foi tão importante para o tão complicado acabamento do texto e da forma deste trabalho. Seu bom humor foi estimulante nessa fase, quando as energias já estão escassas.

Agradeço à “quase coorientadora” Jênifer Rosa, por se dedicar tanto a incansáveis revisões do texto, mesmo sem compreender as bibliotequices da minha pesquisa. Agradeço a Elienae Faria e a José Eduardo pelas preciosas revisões do texto. Um agradecimento especial a Felipe Maciel, a quem tantas vezes procurei no quarto ao lado para discutir uma nova ideia para este trabalho. Também não posso deixar de agradecer a Amanda Barbosa e a Mariana Mathias, que deram os primeiros passos comigo nesta pesquisa.

Agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro por me proporcionar tantas oportunidades de desenvolvimento. Agradeço aos professores, aos funcionários e aos bibliocolegas do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Cada membro desse time deixou um pouco de si para que a minha graduação tenha sido uma das melhores experiências da minha vida.

Agradeço aos colegas do Serviço Geológico do Brasil pela oportunidade que me foi dada de compor a equipe de estagiários. Agradeço pela compreensão das minhas ausências e dos meus atrasos, para me dedicar à conclusão deste trabalho.

Agradeço à cidade do Rio de Janeiro por não apenas ter me apresentado às suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas, sobretudo, por ter dado preciosas respostas às minhas perguntas. À cidade sob os braços do Cristo Redentor eu agradeço por me apresentar novas realidades, novos sons, novos ritmos, novas rimas, novos olhares sobre mim mesmo.

Agradeço, finalmente, a Deus, àquele que me intriga por trás dos mistérios da vida. As inquietações que me causa são a maior motivação para seguir adiante nas investigações sobre o universo, buscando desvendar um pouco de Sua face.

Essas cooperações mencionadas – e a de tantos outros para os quais espaço para nomear me falta – me permitiram chegar até aqui. Esse entendimento me leva a pensar que essa conquista é também de todos vocês, que me ajudaram a ser quem sou hoje. E se o fim é a marca de outro início, levarei cada um de vocês comigo para as próximas fases da minha vida.

“Quests for my own words are quests for a word that is not my own.”

(Mikhail Bakhtin)



## RESUMO

GOMES, Thulio Pereira Dias. **Temas e questões em análise documentária de charge**. 2013. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso — (Graduação em Biblioteconomia). Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

Estudo exploratório a respeito da análise documentária de charge, a partir dos pressupostos da Linguística Documentária, com o objetivo principal de contribuir para os avanços teórico-metodológicos do tratamento da informação verbal-imagética contidas em charge. Discute a charge enquanto gênero discursivo e documental, seus aspectos linguísticos e informativos. Propõe um conceito operacional da charge e a distingue de gêneros discursivos similares. Situa a análise documentária no contexto da Ciência da Informação e aduz elementos contribuidores para formação do seu campo teórico-metodológico. Apresenta algumas definições de análise documentária e suas operações gerais. Destaca a análise documentária de imagens. Explora especificidades desse processo aplicado à charge, a partir de sua caracterização enquanto gênero discursivo e documental, levantando temas e questões sobre o assunto, nos domínios da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Conclui que a capacidade de a charge ser informativa está associada com seu aspecto pragmático à medida que revela o caráter social e simbólico da informação e, conseqüentemente, os ambientes e as situações concretas de uso, sendo a análise documentária profícua abordagem teórico-metodológica para o tratamento temático da charge.

**Palavras-chave:** Análise documentária. Charge. Informatividade.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	Freud 8, de Carlos Ruas	21
<b>Figura 2</b>	José Saramago, por Edgar Novaes	22
<b>Figura 3</b>	Revista Turma da Mônica, de Maurício de Sousa	24
<b>Figura 4</b>	Quadrinhos dos Anos 10, n. 1633, por André Dahmer	25
<b>Figura 5</b>	Lobato no tribunal, de Jean Galvão	27

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>14</b>
3.1	OBJETIVO GERAL	14
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>15</b>
<b>5</b>	<b>CHARGE</b>	<b>17</b>
5.1	GÊNEROS DISCURSIVOS E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	17
5.2	DEFINIÇÃO DE CHARGE E DE GÊNEROS SIMILARES	19
5.2.1	<i>Cartum</i>	20
5.2.2	<i>Caricatura</i>	21
5.2.3	<i>História em quadrinhos</i>	23
5.2.4	<i>Tirinha cômica ou de jornal</i>	25
5.2.5	<i>Charge</i>	26
5.2.6	<i>Considerações gerais sobre os conceitos e termos cartum, caricatura, história em quadrinhos, tirinha de jornal e charge</i>	28
5.3	ASPECTOS LINGÜÍSTICOS DA CHARGE	30
5.4	INFORMATIVIDADE DA CHARGE	34
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DOCUMENTÁRIA</b>	<b>39</b>
6.1	A ANÁLISE DOCUMENTÁRIA NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	39
6.2	DEFINIÇÕES DE ANÁLISE DOCUMENTÁRIA	41
6.3	OPERAÇÕES GERAIS DA ANÁLISE DOCUMENTÁRIA	44
6.4	LEITURA DOCUMENTÁRIA	45
6.4.1	<i>Texto</i>	46
6.4.2	<i>Leitor/Indexador</i>	49
6.4.3	<i>Contexto</i>	49
6.5	ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DE IMAGENS	50
6.5.1	<i>Considerações sobre a linguagem das imagens</i>	51
6.5.2	<i>Níveis de significação de imagens</i>	51
6.5.3	<i>Metodologias de análise documentária de imagens</i>	52
<b>7</b>	<b>QUESTÕES EM ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DE CHARGE</b>	<b>54</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>59</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>60</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho desenvolve um estudo exploratório a respeito da análise documentária de charge, a partir dos pressupostos teóricos da Linguística Documentária. A partir de uma discussão sobre a charge enquanto gêneros discursivo e documental e da análise documentária, pretende, de uma forma geral, contribuir para os avanços teórico-metodológicos do tratamento temático da informação verbal-imagética contida em charge e, de forma específica, levantar questões sobre as especificidades do processo de análise documentária de charge.

O interesse pelo tema charge surgiu durante a realização de um trabalho em grupo para a disciplina Análise da Informação, no Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesta ocasião, a proposta era uma reflexão sobre a análise da informação de algum tipo de documento de linguagem imagética. A opção foi pela discussão a respeito da análise da informação em charge, mesmo sem se ter familiaridade com tal gênero discursivo documental. Nesse trabalho foram aplicadas metodologias de análise da informação para documentos pictóricos sobre charges cujos temas girassem em torno das bibliotecas, dos bibliotecários, da leitura e do livro. Durante a realização do trabalho, foi constada a riqueza textual da charge, gênero discursivo capaz de condensar em um só desenho um conjunto de ideias. Ao final, não faltou curiosidade de investigar mais sobre os aspectos específicos da informatividade da charge, sobretudo os referentes à organização e à representação desse documento de características tão peculiares. Os resultados desse trabalho foram desenvolvidos em uma pesquisa de iniciação científica, sendo apresentados na XXXIV Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural da UFRJ (GOMES; OLIVEIRA; SILVA, 2012). Essa pesquisa resultou em provocações e inquietações que muito influenciaram na escolha do tema do presente trabalho de conclusão de curso que tem, também, a intenção de subsidiar estudos futuros sobre o tema.

A justificativa dessa pesquisa é apresentada no segundo capítulo, na intenção de expor, de forma sucinta, as razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa.

Os objetivos geral e específicos assumidos na pesquisa são apresentados no capítulo três.

A metodologia adotada é apresentada no quarto capítulo, onde são apontadas as principais bases teórico-metodológicas desta pesquisa, assim como seus principais procedimentos de pesquisa, os quais se diluem em todo o texto.

A charge é discutida no quinto capítulo. Propõe-se um conceito operacional de charge e se estabelece sua diferença de gêneros similares. São enfatizados aspectos linguísticos do gênero discursivo e informativos do gênero documental.

O sexto capítulo apresenta a análise documentária, alguns elementos da construção do corpo teórico e metodológico do seu campo de conhecimento e sua situação no domínio da Ciência da Informação. Aduzem-se definições de análise documentária encontradas na literatura e se estabelece suas fases gerais. Um tópico especial sobre análise documentária de imagens também é apresentado nesse capítulo.

O sétimo capítulo se constitui dos resultados, ainda que não conclusivos, deste estudo. A partir das discussões nos capítulos anteriores, são levantados temas e questões em análise documentária de charge.

O oitavo e último capítulo é composto das considerações finais deste trabalho.

Finalmente, são listadas as referências dos documentos citados no trabalho.

## 2 JUSTIFICATIVA

Souza e Toutain (2010) discutem as barreiras para representação documental de histórias em quadrinhos. As dificuldades apontadas pelos autores se resumem, principalmente, à simultaneidade de signos verbais e imagéticos na composição de sua linguagem e ao reconhecimento do gênero como meio de comunicação de massa. A composição sígnica híbrida forma uma linguagem própria, caracterizada pela intertextualidade, e exige do profissional da informação a compreensão dos processos cognitivos envolvidos na leitura da história em quadrinhos. A associação das histórias em quadrinhos aos meios de comunicação de massa privilegia, enquanto veículos de comunicação, os estudos das Ciências da Comunicação, e, por consequência, obscurece o caráter informativo, o qual é investigado pela Ciência da Informação. Entretanto, os autores advertem que, mesmo apresentando barreiras para a representação documentária, essas mesmas características dão à história em quadrinhos um forte poder mnemônico e a torna atrativa aos seus leitores. E, por isso, Souza e Toutain apontam para o valor da história em quadrinhos como fonte de informação.

Embora consistam em gêneros discursivos diferentes, a charge e a história em quadrinhos apresentam muitas similaridades, conforme foi mencionado anteriormente. Nesse sentido, as observações de Souza e Toutain sobre a história em quadrinhos podem ser aplicadas ao contexto da charge. Tanto que assim como a história em quadrinhos, a charge se constitui hibridamente das linguagens imagética e escrita (CIRNE, 2002; FLÔRES, 2002; GURGEL, 2004) e consiste em um estilo jornalístico (NICOLAU, 2012), caracterizando o gênero discursivo como meio de comunicação de massa. Sendo assim, é possível dizer que a charge deve ser objeto de investigação da Ciência da Informação, visando a caracterizar as especificidades do fenômeno da informatividade assim como seu caráter documental.

Ademais, durante a pesquisa bibliográfica para basear esta pesquisa foram consultados os periódicos digitais relacionados na página da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB, 2012). Por meio dos mecanismos de busca dos sites dos periódicos, não foram encontrados estudos específicos sobre a charge. Tal fato sugere a necessidade de intensificação de estudos sobre a charge como objeto informativo.

Dessa maneira, a partir dessa discussão, este trabalho se justifica na necessidade de aprofundar as discussões sobre a charge no domínio da Ciência da Informação, particularmente no âmbito da Organização da Informação e do Conhecimento.

### **3 OBJETIVOS**

Neste capítulo são apresentados os objetivos geral e específicos assumidos por este trabalho.

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Contribuir para os avanços teórico-metodológicos do tratamento da informação verbal-imagética contidas em charge.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Os objetivos específicos da pesquisa são:

- i. analisar a charge como gêneros discursivo e documental, em seus aspectos linguísticos e informativos;
- ii. discutir a análise documentária, estabelecer suas operações e apresentar metodologias específicas desse processo aplicadas às imagens;
- iii. explorar especificidades da análise documentária da charge.

## 4 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem o caráter exploratório visando à formulação de questões ou de um problema. Nesse sentido, o trabalho assume a tripla finalidade apontada por Marconi e Lakatos (2009) para a pesquisa exploratória: (1) o desenvolvimento de hipóteses; (2) clarificar os conceitos; e (3) aumentar a familiaridade do pesquisador com um objeto, para a realização de pesquisa futura. Assim, não pretende alcançar resultados conclusivos, mas indicar perspectivas para investigações futuras. Para isso, lança mão de procedimentos da pesquisa bibliográfica em documentos secundários.

A abordagem teórico-metodológica principal adotada é a Linguística Documentária, definida por Lara (2011, p. 114) como “um subcampo da Ciência da Informação que tem como objetivo estudar os problemas que caracterizam a Linguagem Documentária, como uma forma específica de linguagem inscrita no universo da linguagem geral”. Segundo Lara, as pesquisas em torno da Linguística Documentária abrangem a análise documentária.

Guimarães, Moreiro González e Alencar (2012) apontam, a partir de análise bibliométrica, a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP) como os principais polos de discussão da análise documentária no universo brasileiro da pesquisa em Ciência da Informação. Os autores observam que é nítida e predominante a presença do Grupo Temma nas pesquisas sobre a análise documentária no Brasil.

De acordo com o Diretório de Grupos de Pesquisas no Brasil<sup>1</sup> (DGPB), o Grupo Temma é afiliado à Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP e é liderado por Marilda Lopes Ginez de Lara e por Johanna Wilhelmina Smit. O grupo é composto por pesquisadores afiliados à USP e à UNESP. A descrição do grupo no Diretório diz que o grupo é o único reconhecido nacionalmente voltado exclusivamente para pesquisas relacionadas à organização da informação. Diante dessas observações, em especial, serão adotados os pressupostos teóricos e metodológicos sobre análise documentária desenvolvidos pelo Grupo Temma.

Tendo em vista os pontos similares entre a Linguística Documentária e a Análise de Domínio assinalados por Andrade (2010) e por Lara (2008), este estudo recorre a reflexões

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0067607UVP2I76>>. Acesso em: 24 fev. 2012.



epistemológicas sobre a abordagem domínio-analítica da Organização do Conhecimento desenvolvidas, sobretudo, por Hjørland (2001; 2002; 2008).

Sendo o objetivo principal deste estudo a contribuição para os avanços teórico-metodológicos do tratamento da informação contida nas charges, este trabalho se divide em três fases, em consonância com seus objetivos específicos: (1) análise dos aspectos linguísticos e informativos da charge; (2) definição da análise documentária e de seus processos; e (3) exploração dos aspectos específicos da análise documentária de charge.

A primeira fase constitui na análise da charge assim como seus aspectos linguísticos e informativos. A partir de Andersen (2008) e de Mollica e Guedes (2011), discute os estudos de gênero discursivos na Ciência da Informação. A charge é definida e distinguida de gêneros discursivos similares, recorrendo a dicionários específico e gerais e a especialistas no assunto. Caracteriza-se, aportado em Flôres (2002), a charge como gênero do discurso, discutindo suas instâncias enunciativas e como se dá a sua produção sónica. Ainda na primeira fase, lança-se do paradigma hermenêutico da informação proposto por Capurro (2007) para evidenciar a sua informatividade e dos níveis documentais sugeridos por Rendón Rojas (2005) para evidenciar o caráter documental, a fim de fundamentar nossas propostas para organização da informação da charge.

Na segunda fase, por meio de uma pesquisa bibliográfica em publicações do Grupo Temma, se realiza apresentação da análise documentária. Assim, a análise documentária é situada na Ciência da Informação e se apresenta algumas definições encontradas na literatura consultada. Discute os processos gerais da análise documentária, ou seja, etapas independentes da categoria a que pertence o documento analisado. Enfatiza a leitura documentária e as suas variáveis analisadas por Fujita (2004). Nesta fase, por fim, se discute a análise documentária de imagens e apresenta algumas de suas metodologias encontradas na literatura.

Finalmente, a terceira fase se constitui de uma reflexão sobre a análise documentária da charge, tomando como base os resultados das discussões realizadas nas primeiras fases. Exploram-se aspectos específicos da análise documentária de charge. Assim, levanta questões e aponta problemas visando a indicar caminhos para pesquisas futuras.

## 5 CHARGE

Este capítulo se inicia com a discussão sobre a interação entre gêneros discursivos e a Ciência da Informação, na intenção de contextualizar a contribuição de estudos linguísticos da charge para esta pesquisa. Propõe um conceito operacional para charge e recorre a definições para os gêneros discursivos similares, os quais são cartum, caricatura, história em quadrinhos e tirinha cômica ou de jornal. Também discute limitações e problemáticas em torno das tentativas de se obter conceituações para tais gêneros de discurso. Finalmente, discute o caráter documental da charge a partir do fenômeno da informatividade.

### 5.1 GÊNEROS DISCURSIVOS E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A origem da noção de gêneros discursivos remonta às ideias do Círculo de Bakhtin e ecoa em diferentes correntes teóricas da Linguística. Gêneros discursivos consistem em tipos relativamente estáveis de enunciados. Os enunciados são unidades reais da comunicação discursiva e funcionam como elo entre universos de valores construídos por dois ou mais indivíduos. Consideram-se os enunciados respostas a outros enunciados, envolvendo o locutor e o interlocutor num movimento de responsividade, constituindo um caráter dialógico do discurso. Relacionados à ideia de enunciado, os gêneros discursivos assumem caráter sócio-histórico, uma vez que a sua constituição é a ligação com uma situação social de interação. (RODRIGUES; 2005; ROJO, 2005). Dessa maneira, "aquele que fala ou escreve (locutor/produtor) interage com quem escuta ou lê (interlocutor/receptor), estabelecendo uma parceria no ato pleno de comunicação." (MOLLICA; GUEDES, 2011, p. 2).

Os estudos sob a perspectiva dos gêneros discursivos partem de uma análise de detalhes dos aspectos sócio-históricos da situação enunciativa. A finalidade da enunciação, expressão da vontade enunciativa do locutor, é privilegiada, contudo são também consideradas as apreciações valorativas de seus interlocutores bem como os temas discursivos. Nesses estudos, se buscam as marcas linguísticas no texto que refletem os aspectos da situação social que ocasionou o enunciado. (ROJO, 2005).

Desde a perspectiva de Bazerman (2006), os diferentes gêneros compõem o sistema de atividades humanas. Os estudos dos gêneros textuais permitem a compreensão do complexo mundo da comunicação escrita e da atividade simbólica. A organização e as atividades

humanas se constituem, em parte, da produção, da circulação e do uso de textos. A questão central para o estudo de gêneros, conforme salienta o autor, requer o entendimento de como as práticas e conhecimentos surgem e são aprendidas por um determinado grupo social. Assim, ao reconhecer um gênero, é possível identificar muitos aspectos da situação social e institucional que ocasionou o texto.

A contribuição da compreensão dos gêneros discursivos pela comunidade da Ciência da Informação é defendida por alguns pesquisadores. Segundo Mollica e Guedes (2011), a embalagem da informação não é aleatória, uma vez que estruturas linguísticas específicas são próprias de certos gêneros discursivos. O conhecimento sobre os gêneros do discursivo contribui para a compreensão dos fenômenos da produção, da organização, da circulação e do uso da informação. Hjørland (2002) argumenta que os gêneros existem apenas quando os indivíduos de determinado domínio estão organizados, isto é, quando surge uma comunidade especializada organizada. Estes gêneros refletem a atividade desse domínio discursivo. O autor argumenta ainda que a análise de gênero seja uma componente da abordagem análise de domínio, paradigma que ele mesmo propôs para a Ciência da Informação. Nessa mesma direção, Andersen (2008) demonstra que o conceito de gênero está bastante explorado nos estudos da informação e argui que a Ciência da Informação, em sua interdisciplinaridade, não apenas deve utilizá-lo, mas também contribuir para o desenvolvimento de uma teoria de gênero.

A produção da informação estruturada em gêneros discursos se relaciona com a organização e com as atividades de determinadas atividades de grupos sociais, denominados comunidades discursivas<sup>2</sup>. Os processos de organização da informação e do conhecimento podem ser mais eficientes e mais eficazes, na proporção em que a identificação do gênero discursivo e de seus elementos servir ao analista de informação como um recurso operacional na execução de suas atividades profissionais. A circulação da informação em um domínio do conhecimento se dá por meio de fontes de informação, estruturadas em gêneros discursivos. Já o uso da informação se dá por meio da apreensão do conhecimento em estruturas linguísticas específicas de determinados gêneros discursivos. As pesquisas em Ciência da Informação, por

---

<sup>2</sup> O conceito de comunidade discursiva foi proposto pelo linguista John M. Swales, cuja obra é notadamente voltada para a análise do discurso em contextos acadêmicos e profissionais. A noção de comunidades discursivas é empregada em relação à produção de texto, como uma atividade social, realizada por comunidades que têm convenções específicas e para as quais o discurso faz parte de seu comportamento social. O discurso, desse modo, mostra o conhecimento do grupo e evidencia sua organização e dinâmica. (HEMAIS; BIASI-RODRIGUES, 2005; GUEDES, 2010; MOLLICA; GUEDES, 2011). Na Ciência da Informação, há pesquisadores que operam o conceito de comunidade discursiva associado ao de domínio, como, por exemplo, Hjørland e Albrechtsen (1995) na proposta do paradigma domínio-analítico.

isso, não devem descartar critérios tocantes às diferenças entre os gêneros discursivos. (ANDERSEN, 2008; GARCÍA GUTIÉRREZ, 1990; GUEDES, 2010; HJØRLAND, 2002; KOBASHI, 1996; MOLLICA; GUEDES, 2011).

Mollica e Guedes (2011) advogam que a variável gênero discursivo constitui parâmetro importante para decisões de pesquisa, tanto para a escolha e tamanho de amostras, quanto para orientação teórico-metodológica de investigações científicas em domínios específicos do conhecimento. Então, ressaltam que as características do gênero do discurso com que se está trabalhando podem ser decisivas nas etapas de diferentes estudos na Ciência da Informação, tanto na análise quanto na interpretação de dados, por exemplo, para fins de compreensão dos fenômenos de classificação, de processamento da informação, de indexação, de circulação de informação e de construção de conhecimento.

Frente à importância da compreensão dos gêneros discursivos para as pesquisas em Ciência da Informação, este trabalho procura apresentar características linguísticas do gênero charge. Com isso, se pretende, além de conhecer melhor o objeto analisado, contribuir para a compreensão dos fenômenos informativos da charge e subsidiar as reflexões sobre as especificidades de sua análise documentária. Em seguida debate a linguagem da charge, abordando aspectos linguísticos analisados na literatura especializada.

## 5.2 DEFINIÇÕES DE CHARGE E DE GÊNEROS SIMILARES

A despeito de esforços para uma definição por parte de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, não há um consenso a respeito de um conceito de charge. O uso comum do termo aproxima e, às vezes, até confunde a charge com outros gêneros discursivos, tais como o cartum, a caricatura, a história em quadrinhos e a tirinha de jornal. Moretti (2006) diz que não é fácil estabelecer uma diferença definitiva entre essas formas de arte.

Este trabalho não esgota uma discussão sobre os conceitos de charge e dos gêneros discursivos similares, tendo em vista este não ser o seu objetivo. Porém, uma vez que não foi encontrada uma definição capaz de abarcar os elementos conceituais de charge interessantes a esta pesquisa, considerou-se necessária uma tentativa de definição operacional de charge almejando o esclarecimento do objeto analisado. Para isso, foram observadas caracterizações da charge sugeridas por pesquisadores de tal gênero discursivo. Foram acrescentadas, ainda, definições de gêneros discursivos similares à charge, visando a estabelecer limites e a evitar

possibilidades de imprecisão conceitual. Nesse sentido, são apresentadas definições para o cartum, a caricatura, a história em quadrinhos, a tirinha cômica ou de jornal e, por seu turno, a charge. Para cada definição, é oferecido um exemplo de publicação referente ao respectivo gênero discursivo. Ao final, apresenta-se uma breve discussão sobre questões levantadas por alguns especialistas sobre a conceituação e a diferença entre os gêneros discursivos.

### 5.2.1 *O cartum*

Rabaça e Barbosa (1987, p. 19), em seu Dicionário de Comunicação, definem cartum da seguinte forma:

Narrativa humorística, expressa através da caricatura. O cartum é uma anedota gráfica; seu objetivo é provocar o riso do espectador. E como uma das manifestações da caricatura, ele chega ao riso através da crítica mordaz, satírica, irônica e principalmente humorística, do comportamento do ser humano, das suas fraquezas, dos hábitos e costumes [...].

A origem do termo cartum é o *cartoon*, da língua inglesa. O The Free Dictionary (c2013) apresenta dois significados para *cartoon*, dentro do campo semântico das Comunicações, do Jornalismo e da Publicidade. O primeiro associa *cartoon* a um desenho humorístico ou satírico, publicado em jornais ou em revistas, com uma referência a um determinado evento<sup>3</sup>. Ao passo que na segunda definição, *cartoon* consiste em uma sequência de desenhos em um jornal, revista, etc., narrando uma situação cômica ou de aventura.

Em quase todas as línguas do mundo, a palavra *cartoon*, com esse sentido, não tem equivalente. Franceses, espanhóis, alemães e italianos, por exemplo, chamam *cartoon* de *cartoon*, mantendo inclusive a grafia original inglesa. O neologismo em português cartum foi lançado no Brasil pela revista Pererê, de Ziraldo, na edição de fevereiro de 1964. (RABAÇA; BARBOSA, 1987).

No que diz respeito à linguagem, podem ser inseridos na composição do cartum elementos da história em quadrinhos, como balões, subtítulos, onomatopeias, e até mesmo a divisão das cenas em quadrinhos. A narrativa do cartum pode comportar uma cena apenas ou uma sequência de cenas. No primeiro caso, o riso deve ser alcançado pela ideia contida no desenho

---

<sup>3</sup> Esta definição é muito próxima do que se entende por charge em língua portuguesa.

de um simples momento. Enquanto no segundo caso, em geral, a narrativa conduz para um desfecho engraçado. (RABAÇA; BARBOSA, 1987).

Pode-se dizer que cartum é um termo genérico para outros gêneros discursivos. Segundo Rabaca e Barbosa (1987), a charge e a tirinha cômica podem ser consideradas subdivisões do cartum. E, por extensão do conceito, cartum pode significar o mesmo que história em quadrinhos. No Brasil, o artista que cria ou desenha cartuns é chamado de cartunista. O gênero cartum é exemplificado na figura 1.



**Figura 1.** Freud 8, de Carlos Ruas. Fonte: Ruas (2010).

O cartum selecionado é de autoria do cartunista brasileiro Carlos Ruas. Na narrativa figuram os personagens Deus, Freud e Luciraldo (Luci). Em uma sessão de psicanálise, Freud analisa Deus. Ao ser contrariado por seu analista, Deus coloca Freud junto a Luci. Ruas publica cartuns com temas religiosos em um blog intitulado Um sábado qualquer. (RUAS, 2010).

### 5.2.2 A caricatura

O termo caricatura provém do italiano, possivelmente do verbo *caricare*<sup>4</sup> e apareceu pela primeira vez numa série dos irmãos Caracci, de Bolonha, Itália, no final do século XVI. No

<sup>4</sup> De acordo com o dicionário de língua italiana Sabatini Coletti, *caricare* significa atacar com ímpeto; efetuar uma carga. (SABATINI; COLETTI, 2011).

verbetes do Dicionário de Comunicação, são aduzidas duas significações para caricatura, um geral e outro mais específico. (RABAÇA; BARBOSA, 1987).

A definição mais geral se refere à arte de caricaturar. Consiste em uma designação abrangente da caricatura como forma de arte que se expressa através do desenho, da pintura, da escultura, etc. e tem por fim o humor. Nesta acepção, a caricatura se subdivide em: charge, cartum, desenho de humor, a tirinha, a história em quadrinhos de humor e a caricatura propriamente dita (a caricatura pessoal). (RABAÇA; BARBOSA, 1987). É importante observar que a segunda acepção limita ao humor as temáticas da caricatura e dos gêneros derivados, restringindo outras possíveis temas, como, por exemplo, a crítica, o terror e o drama.

O outro significado corresponde a uma representação da fisionomia humana com características grotescas, cômicas ou humorísticas. Nesta acepção, a forma caricatural não precisa estar ligada apenas ao ser humano, de modo que seja possível fazer caricatura de qualquer coisa. Contudo a referência humana é sempre necessária para que a caricatura se realize. (RABAÇA; BARBOSA, 1987). Apesar de haver o uso na concepção mais geral apresentada por Rabaça e Barbosa, é a segunda definição que tem mais força na língua portuguesa e foi adotada neste trabalho.



**Figura 2.** “José Saramago”, por Edgar Novaes. Fonte: Novaes (2011).

A distinção da caricatura de outras formas de arte reside em evitar o convencional na representação de uma figura. O caricaturista foge das convenções por meio de exageros ou de simplificações de traços, de acentuações de um ou outro detalhe característico, da revelação de um ponto não percebido ou de uma má qualidade escondida, da apresentação de uma visão crítica e impiedosa do seu modelo. Assim, o artista provoca o riso, a mofa ou um momento de reflexão no espectador. (GAWRYSZEWSKI, 2008; MORETTI, 2006; RABAÇA; BARBOSA, 1987).

A Figura 2 exemplifica uma caricatura de acordo com a segunda acepção de Rabaça e Barbosa. Na caricatura de autoria do caricaturista brasileiro Edgar Novaes (2011), figura o escritor português José Saramago. Entre as características típicas da caricatura, pode-se, por exemplo, apontar os traços fortes e exagerados da sobrancelha de Saramago.

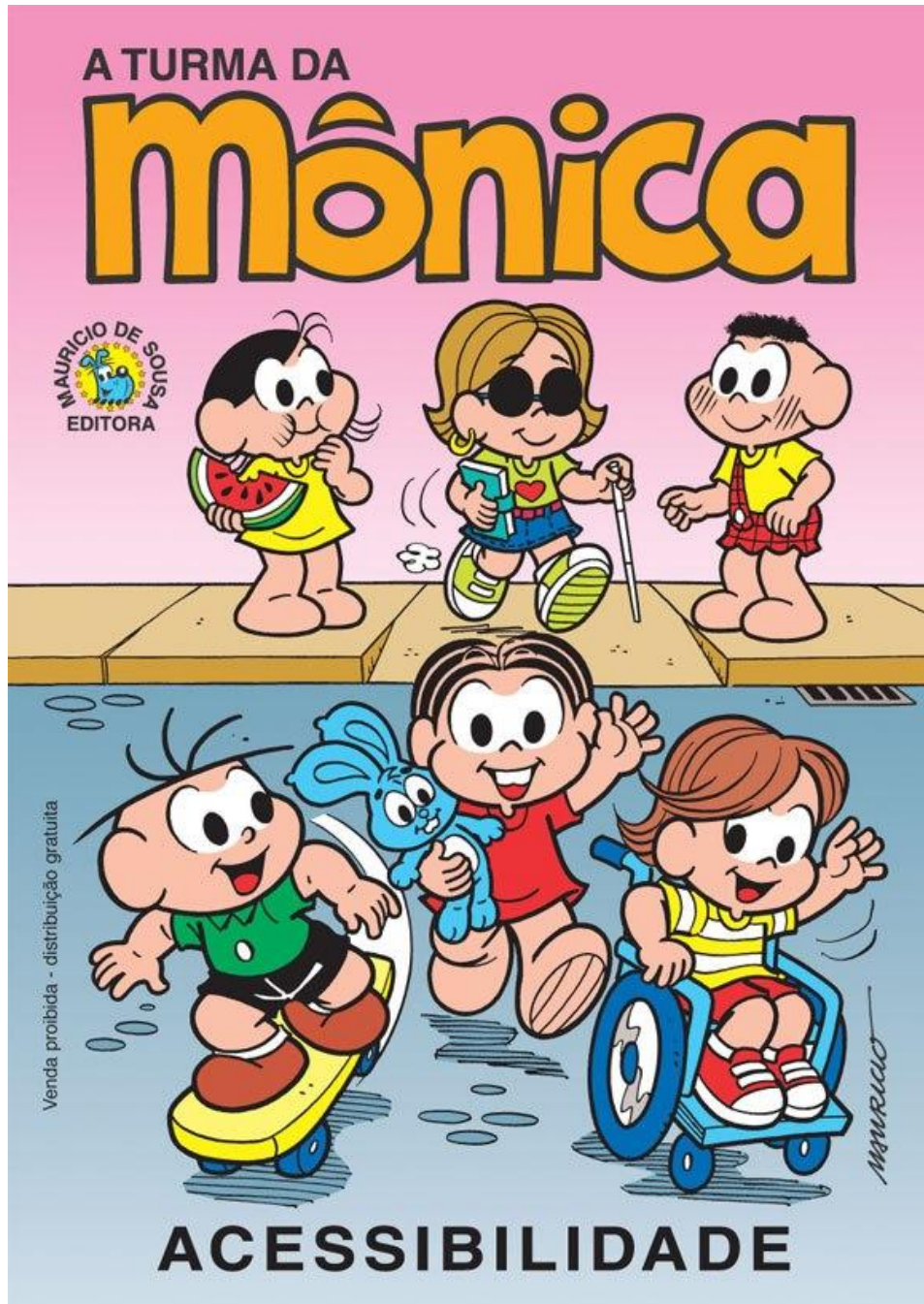
### 5.2.3 A história em quadrinhos

Pode-se dizer, em sentido geral, que a história em quadrinho é uma arte sequencial. De uma forma mais específica, a história em quadrinhos constitui em “uma narrativa gráfico-visual, com suas particularidades próprias, a partir do agenciamento de, no mínimo, duas imagens desenhadas que se relacionam.” (CIRNE, 2002, p. 14).

McCloud (2005, p. 2-23) acredita que o termo arte sequencial deixa alguns pontos falhos, embora possa designar a história em quadrinhos de modo genérico. A palavra arte pode apenas ser um critério de valor ao passo que outras formas de expressão artística podem ser sequenciais também. Além disso, argumenta que o termo arte sequencial não diz nada sobre algo imagético ou não, o que é essencial no conceito de quadrinhos. O autor defende que a justaposição de imagens deve ser incluída na definição de quadrinhos, uma vez que é por meio desse aspecto que se estabelece a sequência. O autor, então, elabora a definição seguinte para a história em quadrinhos: “imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador”.

De acordo com Oliveira (2012), a nomenclatura da história em quadrinhos pode variar de acordo com o idioma e com o país. Na França, se usa o termo *bande dessinée*; na Espanha, *tebeo*; na Argentina, *historieta*; na Itália, *fumett*; no Japão, *manga*; nos Estados Unidos, *comics*. E em língua portuguesa é utilizada a expressão história em quadrinhos e o termo brasileiro gibi.





**Figura 3.** Revisa Turma da Mônica, de Maurício de Sousa. Fonte: Sousa (2008).

Os quadrinhos se distinguem dos gêneros similares por sua linguagem e temática versáteis. A linguagem dos quadrinhos pode ser analisada desde diferentes perspectivas. A leitura das histórias em quadrinhos implica o contato do leitor com a união de sistemas de linguagens diferentes, cada um com suas regências específicas. Estes sistemas podem ser agrupados em dois grupos de linguagens, imagética e textual. As histórias em quadrinhos contam com uma narrativa em uma ordem sequencial de quadros nos quais o enredo se desenrola. O conteúdo verbal se distribui em legendas e em balões com textos pertinentes a cada quadrinho. A

história pode se desenvolver numa tira ou em uma ou em mais páginas. A divisão entre cada cena se dá por um espaço branco, chamado de calha ou corte gráfico, entre os quadrinhos. A calha é responsável por marcar o espaço do impulso narrativo. Uma história em quadrinhos pode ser política, policial, científica, romântica, social, erótica, esotérica, infantil, adulta etc.. (CIRNE, 2002; COSTA; ORRICO, 2009; MORETTI, 2006).

Na figura 3, se encontra uma capa do gibi Turma da Mônica, de autoria Maurício de Sousa (2004). Turma da Mônica é uma das revistas de histórias em quadrinhos mais populares no Brasil. Esta edição especial da Turma da Mônica se trata de um material de conscientização sobre a questão da acessibilidade.

#### 5.2.4 A tirinha cômica ou de jornal

Entre os gêneros discursivos similares, talvez a tirinha cômica ou de jornal seja uma das que mais se confunda com a charge por seu elemento crítico. De acordo com Monterari e Menegassi (2010, p. 225-227), a tirinha de jornal consiste em uma espécie de história em quadrinhos distinguida por ter uma narração em apenas uma tira, isto é, em apenas uma sequência horizontal ou vertical de quadros. Seu conteúdo costuma ser crítico ao comportamento humano, mas também pode assumir outros caracteres. Os autores consideram que a “escolha de um tema depende da finalidade e dos objetivos que o autor quer alcançar, bem como, do público-alvo que atinge”. Sua principal diferença em relação à charge está na sua referência temporal e espacial. Enquanto a tirinha de jornal atemporal e tem temática universal, a charge é temporal e perecível por fazer referência a determinado evento.

Exemplifica-se, na figura 4, o gênero tirinha cômica com uma publicação da série Quadrinhos dos Anos 10, do cartunista André Dahmer (2013), sobre a luta pela tolerância às diferenças.



**Figura 4.** Quadrinhos dos Anos 10, n. 1633, por André Dahmer. Fonte: Dahmer (2013).

### 5.2.5 A charge

Gênero discursivo caracterizado pela sátira e pela crítica, a charge é um texto constituído de desenho e de escrita. Costuma ser publicada em meios de comunicação de massa, como jornais e revistas. Suas características textuais possibilitam seu uso para diversos fins, tornando-a um rico veículo de informação e comunicação. Suas aplicações vão desde material para ensino e aprendizagem a instrumento de luta ideológica. Para definir o termo charge, este trabalho recorre às caracterizações sugeridas pelos pesquisadores Gawryszewski e Flôres bem como a proposta do Dicionário de Comunicação, de coautoria de Rabaça e de Barbosa.

Gawryszewski trabalhou durante seu pós-doutoramento na discussão da arte gráfica visual, em especial o uso da caricatura e da charge políticas, como expressão de pensamento político, instrumento de formação de opinião pública e de identificação popular de um movimento político autônomo, no meio da sociedade carioca e paulistana através de sua imprensa nos anos de 1901 a 1927, a qual se intitulava *Anarquista*<sup>5</sup>. Como um dos resultados de sua pesquisa, o historiador escreveu um artigo com o objetivo de contribuir com o debate teórico das possíveis definições de caricatura e de charge. O artigo apresenta algumas variações a respeito dos conceitos, entretanto observa similaridades entre as definições. Gawryszewski identificou em diferentes conceitos de charge propostos por diversos autores a subordinação ao conceito de caricatura, as linguagens verbal e imagética, a intertextualidade, a temporalidade marcada, a crítica, o riso e a sátira. (GAWRYSZEWSKI, 2008).

Flôres (2002, p. 10) apresenta a charge, sobretudo, como "desenho, caricatura", caracterizada pelo uso híbrido das linguagens imagética e verbal, sendo esta suplementar à primeira. Rabaça e Barbosa (1987, p. 19) definem a charge como “cartum cujo objetivo é a crítica humorística imediata de um fato ou acontecimento específico, em geral de natureza política.” Os autores ainda consideram a charge associada a determinado assunto momentoso, estando centrada na atenção e no interesse do público leitor. Sua mensagem é eminentemente interpretativa e crítica e conta com poder de síntese.

A partir das caracterizações e da aceção supracitadas, é possível estabelecer uma definição de caráter operacional de charge para este estudo. Nesse sentido, se propõe a charge como um gênero textual de uso híbrido das linguagens verbal e imagética, caracterizado pela

---

<sup>5</sup> Alberto Gawryszewski se pós-doutorou em História Social, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre os anos 2002 e 2004. Estas informações foram extraídas do currículo *lattes* do pesquisador.

temporalidade marcada pela sátira e pela crítica referentes a determinado evento, em geral de natureza política. É importante reforçar a limitação dessa definição, de modo que para a obtenção de um conceito preciso de charge seja necessária uma análise mais minuciosa e profunda do objeto.

Como exemplo do gênero, na Figura 5 se encontra a charge de autoria do ilustrador Jean Galvão (2012). Nela, o chargista faz uma crítica à audiência no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a adoção de livros de Monteiro Lobato nas escolas públicas brasileiras.



**Figura 5.** Lobato no tribunal, de Jean Galvão (2012), para a Folha de São Paulo.

A seguir é exposta uma contextualização da charge, tendo em vista a importância do conhecimento do contexto de produção para a compreensão da mensagem. Para contextualizar a charge de Jean Galvão se lançou mão de informações de matérias do jornal Folha de São Paulo (AUDIÊNCIA..., 2012) e da seção de notícias da página oficial do STF (BRASIL, 2012).

Em 2010, um parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC), recomendava a retirada do livro "Caçadas de Pedrinho" do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). A justificativa para tal recomendação era a presença de racismo na obra de Lobato. O parecer do CNE foi suscitado, sobretudo, pela abordagem da personagem Tia Nastácia em trechos que a comparava a cozinheira do Sítio do Pica-Pau Amarelo a uma "macaca de carvão". Entretanto, por meio de um ato homologatório, no

mesmo ano, o MEC liberou a presença da obra no PNBE, contanto que os exemplares distribuídos fossem acompanhados de nota explicativa sobre a presença de estereótipos raciais na literatura.

O caso chegou ao STF por meio do Mandato de Segurança 30952, de autoria do Instituto de Advocacia Racial (Iara) e do técnico em gestão educacional Antônio Gomes da Costa Neto. Os autores da ação pediram a reforma do ato homologatório do MEC. Além das notas explicativas, os autores requereram imediata formação e capacitação de educadores para que a obra seja utilizada de forma adequada na educação básica.

O caso provocou bastante polêmica e discussão entre educadores e pesquisadores de literatura. Em nota de convocação para a audiência de conciliação, o Ministro Luiz Fux fez uma afirmação que ilustra genericamente os temas discutidos na época. "Faz surgir relevante conflito em torno de preceitos normativos de magnitude constitucional, quais sejam, a liberdade de expressão e a vedação ao racismo", afirmou Fux (BRASIL, 2012).

Na charge, Jean Galvão usa a personagem Emília, uma boneca de pano, sentada sobre um livro, para se referir à obra de Monteiro de Lobato. Emília tem costurado em sua boca um pedaço de pano representando a censura que se está fazendo aos livros de Lobato. A referência ao julgamento se dá na participação do narrador através dos signos verbais "Lobato no Tribunal".

Diferente dos demais gêneros discursivos relacionados nesta subseção, a linguagem chargista será tratada de forma especial no próximo tópico, uma vez que a análise dos aspectos linguísticos da charge é um dos objetivos deste estudo.

#### *5.2.6 Considerações gerais sobre os conceitos e termos cartum, caricatura, história em quadrinhos, tirinha de jornal e charge*

Observa-se que parte da confusão entre os gêneros discursivos cartum, caricatura, história em quadrinhos, tirinha de jornal e de charge está relacionada às origens dos termos (PELAÉZ MALAGÓN, 2002; GAWRYSZEWSKI, 2008). A palavra charge tem sua gênese na língua francesa, a qual tem o significado, entre outros, de crítica exagerada e também de caricatura. A palavra italiana *caricatura* tem origem muito parecida com a da francesa *charge* e pode incorporar sentido próximo do que se entende de caricatura em português. Nas línguas

espanhola e inglesa, não foi encontrado termo equivalente à charge em português. Em espanhol, o termo *caricatura* pode assumir o sentido que em português equivale a charge, a cartum e a caricatura. Em inglês, o termo *cartoon* pode se referir aos correspondentes em português para charge, para cartum, para história em quadrinhos e para tirinha de jornal. Existe o termo *political cartoon*, que pode se referir a charge e a caricatura políticas e a histórias em quadrinhos de conteúdo político.

Alguns pesquisadores observam essa variedade linguística e propõem novas modalidades conceituais. Pelaéz Malagón (2002) analisou dicionários dos séculos XIX e XX produzidos na Espanha, mostrando as diferenças do conceito de caricatura através dos anos. As conclusões a que chega o pesquisador chama a atenção para o fato de que na língua espanhola não existe outro tipo de palavra para definir caricatura. Pelaéz Malagón também aponta a necessidade de considerar a caricatura em seu sentido mais amplo, isto é, englobando em seu nome os possíveis subgêneros. Desse modo, o termo caricatura envolve os conceitos de caricaturas política, social, de costumes, etc. Gawryszewski (2008) observa que os conceitos de charge, de cartum e de outros desenhos de humor se subordinam ao conceito de caricatura identificado por Pelaéz Malagón (2002).

Pelaéz Malagón (2002) propõe uma tipologia pragmática de *caricatura* em diversos subgêneros: caricatura política; social; político-social; de costumes; simbólica; festiva; fantástica; e pessoal. Gawryszewski (2008, p.10) considera a proposta de tipologias de Pelaéz Malagón pertinente, “pois facilitaria ao estudioso da imagem caricatural uma visão mais clara de seu objeto de análise e de sua fonte”. Pode-se chamar a atenção para o fato de que a charge, por exemplo, se enquadra nestas subdivisões, pois tal expressão inexistente na língua pátria do pesquisador hispânico. Assim, a charge poderia ser chamada de *caricatura política*.

Nessa mesma linha de pensamento, Gawryszewski (2008) apresenta e debate o conceito de caricatura e de charge, com base em dicionários gerais e específico e em estudiosos que utilizam tais gêneros discursivos em suas pesquisas teóricas e práticas. O pesquisador refina a discussão para os conceitos de caricatura política e de charge política, partindo especialmente, de suas pesquisas sobre as imprensas anarquistas e comunistas. Após toda esta análise, o historiador percebe a dificuldade de encontrar um conceito definitivo para caricatura e para charge, especificamente de caricatura política e de charge política. Considera, então, a possibilidade de busca de uma alternativa. Propõe, assim, novos conceitos quando se pensa

em imagens publicadas em uma imprensa engajada politicamente, quais sejam, a caricatura ideológica e a charge ideológica.

A variedade linguística apresentada anteriormente e as pesquisas de Pelaéz Malágon (2002) e de Gawryszewski (2008) permitem observar que as conclusões estão longe de um consenso sobre os termos e os conceitos utilizados para designar os gêneros discursivos analisados nesta seção, sobretudo, a charge, a caricatura e o cartum.

### 5.3 ASPECTOS LINGUÍSTICOS DA CHARGE

A definição proposta neste trabalho para charge já aponta para uma das principais, se não a principal, características linguísticas desse gênero discursivo, a qual constitui no uso híbrido das linguagens verbal e imagética. Flôres (2002) destaca que a linguagem verbal é corresponsável com os componentes imagéticos pelo grau de informatividade e pelo poder argumentativo e persuasivo da mensagem da charge. Porém, não é apenas este traço que caracteriza a linguagem da charge, tampouco o que a diferencia dos demais gêneros discursivos. Esta subseção pretende apresentar algumas das principais características linguísticas da charge, apontando especificidades de seus modos de produção e de leitura.

A noção de texto adotada neste trabalho segue o sentido amplo proposto por Guimarães (2005, p. 14-15), quando afirma que o texto se concretiza em “uma cadeia sintagmática de extensão muito variável, podendo se circunscrever tanto a um enunciado único ou a uma lexia quanto a um segmento de grandes proporções”. Este trabalho não se reporta à noção de texto que se configura as fronteiras da linguagem verbal, no plano semiótico. Assim, em concordância com a proposta de Guimarães, a noção de texto adotada está relacionada a um processo que engloba as relações sintagmáticas de qualquer sistema de signos. A autora sugere as possibilidades de textos cinematográfico, teatral, coreográfico, pictórico. E, seguindo esta direção, é possível também falar de charge como um tipo de texto.

Sob outra perspectiva, Guimarães (2005) vê de um lado o texto como um sistema concluído, um conjunto de configurações estruturais internas; e do outro lado, como objeto aberto, plural, dialogante, ligado ao contexto extratextual. Esta última compreensão vai ao encontro da noção de texto interessante à Linguística Documentária em Lara (2008).



A charge é um tipo de discurso usualmente publicado em jornais, porém também pode ser encontrada em outros meios de comunicação como em blogs e em revistas. Nicolau (2010) reconhece a charge como gênero jornalístico de opinião, já que expressa com ironia e com sátira um modo de ver determinado acontecimento político-social. A elaboração da charge costuma ocorrer após o chargista ler as informações que chegaram à redação, podendo emitir a opinião do jornal sobre aquele fato.

Flôres (2002) estabelece algumas reflexões que considerou relevantes para a compreensão desse gênero discursivo. Segundo a autora, a charge se manifesta por meio de uma ilustração, geralmente uma caricatura inserida em um quadro único. Os comentários relativos à situação aparecem por escrito em uma legenda ou em balão representando a fala de algum personagem. As linguagens verbal e imagética se integram de tal modo que se torna difícil a compreensão da charge se não forem levados em conta os dois códigos. É necessário, porém, destacar que existe uma hierarquia entre os dois códigos linguísticos. A imagem e a escrita se revezam quando estão vinculadas ao narrador, de modo que uma complementa a outra. O discurso icônico do narrador se sobrepõe ao verbal vinculado ao personagem, para que este seja um marcador do primeiro. A dinâmica entre as linguagens verbal e imagética pode ser compreendidas a partir do entendimento das relações entre autor, narrador e personagem.

Para compreensão dessa dinâmica, Flôres (2002, p. 15-16) usa como ponto de partida os conceitos de enunciação e de enunciado. Segundo a autora, o enunciado constitui no “acontecimento constituído pela aparição de um enunciado”, ao passo que o enunciado é o termo utilizado para designar o produto da enunciação, isto é, o discurso. O enunciado resulta de um acontecimento social, a enunciação. Desse modo não é possível “dissociar, sem perdas, o enunciado das condições reais de enunciação”. A enunciação enreda marcas linguísticas no enunciado. As constituições do narrador e do personagem pelo autor, resultando no enunciado charge, têm forte vínculo com os momentos de enunciação. A partir dessas observações, se pode dizer que a compreensão das condições de enunciação é ferramenta importante para a compreensão da charge.<sup>6</sup>

Flôres (2002, p. 14) caracteriza o narrador da charge por sua intervenção decisiva no texto. A sua gênese se dá com a da própria charge. O narrador é responsável pelo jogo interativo entre leitor e texto, através da composição textual e da distribuição de imagens e de escrita. Além disso, o narrador atribui os graus de participação dos personagens, dando-lhes voz, expressão

---

<sup>6</sup> A noção de enunciado e enunciação também foi discutida no item 5.1 (p. 17).



e personalidade. “Ao narrador cabe estabelecer vínculos entre texto e contexto, sendo sua existência totalmente dependente da publicação da matéria”, afirma a autora.

Segundo Flôres (2002), o personagem existe por meio do texto e através dele se mantém. Pode ser tanto ficcional como pode ser uma representação caricata de alguma personalidade conhecida. A identificação do indivíduo a que o personagem faz referência pode se dar por meio de características próprias do desenho.

Sobre o autor da charge, Flôres (2002) diz que é aquele que a assina, assim como um jornalista assina uma matéria de jornal. Para ela, o chargista dispõe de espaço social para emitir opiniões em seu próprio nome através de charge. De acordo com Flôres, o autor consiste em uma instância extratextual decisiva na divulgação e articulação textual, sendo o responsável por colocar na charge as instâncias discursivas textuais, ou seja, o narrador e os personagens. Sua participação na charge não é direta, exceto pela sua assinatura ou rubrica em algum lugar da charge. Porém, de forma indireta, o autor

dá rumo à narrativa, estabelecendo de que modo e através de que recursos o narrador fará o (s) comentário (s), o estilo do texto, o seu desenrolar, o enfoque assumido e a temática abordada, quer utilize palavras e ilustrações, quer faça uso apenas de ilustrações [...]. (FLÔRES, 2002, p. 15).

Para explicar o fenômeno da produção sógnica na charge, Flôres (2002, p. 21) se vale das compreensões de significação por meio da iconicidade e da indexicalidade. A significação, afirma a autora, “não se encontra ao final do texto, ela o atravessa, sendo desde o princípio seu critério de existência”. Para ela, o autor de um discurso lança mão de uma base comunicacional já existente para dar sentido ao que diz. Esta base é composta por metáforas e metonímias, constituindo uma relação entre ícones e índices distinguidos por critérios de semelhança e contiguidade.

Para Lakoff e Johnson<sup>7</sup> (apud Flôres, 2002), a compreensão contemporânea da metáfora tem categoria de operação cognitiva fundamental, constitutiva da linguagem e do pensamento. Segundo os autores, a interpretação de uma metáfora implica o desenvolvimento do raciocínio analógico e da capacidade inferencial. De acordo com o Dicionário Terminológico (2012), editado pelo Ministério da Educação e da Ciência do Governo de Portugal, a metáfora consiste “na substituição de uma palavra própria [...] por uma palavra com a qual aquela

---

<sup>7</sup> LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáfora we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

possui elementos sêmicos em comum”. De acordo com o verbete do dicionário, essa transposição de significados se baseia em uma analogia manifesta ou oculta, que a metáfora desvela e dá a conhecer. Desse modo, a metáfora incorpora uma dimensão cognitiva para além da dimensão de ornato linguístico. Flôres (2002, p. 25) apresenta a metáfora como “relação condensada em uma expressão, imagem ou símbolo, podendo ser enriquecida em complexidade ou quantidade de implicações”. Assim, para a autora, a metáfora constitui em uma tentativa de explicar ou expressar uma coisa nova a partir de uma já conhecida, de um já-dito.

Para Flôres (2002, p. 25), a característica fundamental da linguagem metafórica é evidente na charge. O fenômeno da metáfora na charge se dá na transmutação de uma coisa em outra, sem que a original se dilua automaticamente na segunda. Essas duas coisas se encontram disponíveis ao leitor e se apresentam à sua percepção. “A metáfora está na charge como um todo, nos seus diversos elementos e nas relações entre eles”. Flôres enfoca o código híbrido presente na charge, circunscrevendo a análise desse gênero discursivo ao caráter metafórico da imagem e da combinação de palavras. Para a autora, fica destacado na leitura da charge “o pensar metaforicamente”, isto é, “entender uma coisa em termos de outra, disso resultando uma forma de conhecimento obtido interativamente”.

Ainda Flôres (2002) associa a metáfora à ideia de ícone, apoiada no critério de semelhança. Para ela, o ícone é um tipo de signo icônico porque apresenta semelhança topológica entre um significante e o seu denotado. Essa semelhança é baseada em critérios fixados culturalmente, de modo que não seja preciso que o ícone necessariamente possua as mesmas características e propriedades do objeto representado. A autora designa esse processo de produção sónica como iconicidade.

De um modo geral, é possível dizer que a metonímia é uma simples transferência de denominação. De acordo com Dicionário Terminológico (2012), a metonímia constitui em uma figura de linguagem pela qual “uma palavra ou expressão remete para um referente diverso daquele que designa normalmente, em virtude de uma relação de contiguidade de ambos”. Conforme o dicionário, tais proximidades podem se dar a partir de relações de causa e efeito, de parte e todo, de autor e obra, de espaço e instituição, de continente e conteúdo. É possível oferecer como exemplo de metonímia a expressão “admiração por Laerte”, a qual pode ser utilizada para designar a admiração pela obra do cartunista Laerte Coutinho.

Flôres (2002) estabelece uma relação entre a metonímia e os signos indexicais. Segundo a autora, o signo indexical é dotado de significante contíguo a seu significado, ou então, é parte dele. Para a autora, a indexicalidade corresponde a processos para designação das coisas, por meio de expressões linguísticas multifuncionais. Ainda segundo Flôres, tais expressões linguísticas podem ser utilizadas de modo indexical ou de modo autorreflexivo. Quando utilizadas indexicalmente, as expressões linguísticas se referem às coisas existentes no mundo. Se, todavia, as expressões linguísticas forem usadas de forma autorreflexiva se referindo a si mesmas são consideradas autorreferências.

Tanto signos indexicais quanto os autorreflexivos podem ser encontrados na linguagem da charge. Para referenciar o contexto ou a própria enunciação que a ocasionou, a charge se vale de signos indexicais. Enquanto os signos autorreflexivos podem ser observados, principalmente, em charges com mais de um quadro. Nelas, os personagens e o cenário são referenciados por meio de contiguidade. (FLÔRES, 2002).

O reconhecimento dos discursos enunciados como referentes a algum mundo possível deve se fundamentar na identificação de processos através dos quais os signos asseguram a função representativa e a reflexiva, bem como na definição das condições a que estes processos devem obedecer. A linguagem tem um compromisso com a realidade ou com a sua verossimilhança para se referir ao mundo. Além do mais, tal referência tem a ver com as condições de aceitabilidade dos próprios signos e do ato de enunciação. (FLÔRES, 2002).

Cabem algumas considerações sobre o contexto antes de encerrar a discussão sobre os aspectos linguísticos da charge. Flôres (2002, p. 30) define contexto como “o conjunto de elementos não-linguísticos que intervém na delimitação do sentido”. Para a autora, uma interpretação adequada da charge está condicionada à especificação do contexto aludido durante a leitura. O contexto, desse modo, se torna algo definido, passível de discussão. A atribuição de sentido se torna, então, a colocação da linguagem em contexto comum entre os interlocutores. Esse detalhamento do contexto contribui para evitar os efeitos da ambiguidade e da heterogeneidade do discurso, contribuindo para a compreensão da charge.

#### 5.4 INFORMATIVIDADE DA CHARGE

A reflexão e a prática da Ciência da Informação hoje costumam apresentar o conceito de informação. Essa apresentação no presente estudo se torna importante na medida em que

contribuir para elucidação por meio de associações os aspectos informativos da charge. Entretanto, este estudo toma como pressuposto que mais do que a informação, é “a informatividade que permite entrever o jogo intertextual que caracteriza os processos de recepção determinando os critérios de relevância para que algo seja considerado informativo” (ORTEGA; LARA, 2010). Dessa forma, se busca justificar o caráter informacional da charge, privilegiando a discussão sobre sua informatividade, isto é, sobre a sua capacidade de informar. Para isso, lança-se mão da noção de informatividade do paradigma hermenêutico da informação de Capurro (2007) e dos níveis documentais de Rendón Rojas (2005).

Segundo Lara (2008), o conceito de informatividade se origina na Linguística Textual e em sua versão contemporânea destaca o fato da compreensão de um texto depender do conhecimento de outros textos. “Um discurso vem ao mundo numa inocente solitude, mas constrói-se através de um já-dito em relação ao qual ele toma posição.” (VAL, 1991, p. 15<sup>8</sup> apud LARA, 2008). No tocante ao paradigma hermenêutico da Ciência da Informação relacionado à perspectiva domínio-analítica, a informatividade depende da relação entre a relevância da mensagem comunicada e do conhecimento prévio de certo indivíduo e/ou do conhecimento compartilhado por determinada comunidade discursiva ou laboral. Para que algo seja considerado informação é necessária uma pré-estrutura de conhecimento capaz de contextualizar e de interpretar a mensagem, gerando uma nova estrutura de conhecimento. A informação, assim, constitui no conhecimento em prática e está relacionada à novidade e à relevância do conteúdo das mensagens. (CAPURRO, 2007; CAPURRO; HJØRLAND, 2003).

Recorre-se também à noção de informação da Linguística Documentária, segundo a proposta de Lara (2008). Quando reconhecida como inscrição organizada, a informação é o “resultado de uma construção institucional e intencional que tem nos valores simbólicos e funcionais a condição para a construção do sentido e para circular socialmente, desencadeando processos de conhecimento”. A construção de sentido e a circulação social, condicionadas aos valores simbólicos e funcionais, propõem a ideia de que a informação não é uma questão individual, mas de ordem social e cultural.

Uma das principais características da charge é a referência a outros eventos e textos, cabendo ao leitor estabelecer os elos para construção do sentido proposto pelo chargista. O interdiscurso e a intertextualidade caracterizadores da charge a aproximam da ideia de informatividade de Capurro e Hjørland e do entendimento de informação como um processo

---

<sup>8</sup> VAL, M. G. V. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

construtivo sugerido por Lara. A leitura da charge, portanto, se ocorrer efetiva compreensão pelo leitor, se torna um processo informativo em que um sujeito possui uma estrutura prévia de conhecimento a partir da qual interpretará a mensagem, isto é, identificará a informatividade do documento segundo seus próprios critérios de relevância.

Sob outra ótica é possível analisar a informatividade da charge lançando mão dos níveis do ser documento sugeridos por Rendón Rojas (2005). Para isso, é analisado o domínio discursivo da charge, com o intuito de se estabelecer uma associação aos níveis de ser documento.

O uso comum da charge está relacionado à sua função como gênero jornalístico opinativo. Em meio a este contexto a charge é "uma crítica político-social através da qual o chargista expressa graficamente, com humor e ironia, seu ponto de vista sobre determinadas situações cotidianas" (NICOLAU, 2010, p. 6). Além de seu uso comum, a charge é um documento relevante para diferentes comunidades disciplinares, sendo, por exemplo, objeto de estudos nos domínios das Artes Visuais, das Ciências Sociais, da Comunicação Social, da Comunicação Visual, da Educação, da Filosofia da Arte, da Linguística e da Literatura. Como exemplo, se pode citar a lista de referências do artigo Gawryszewski (2008) onde figuram trabalhos de conclusão apresentados em programas de pós-graduação em Arte<sup>9</sup>, em Comunicação e Semiótica<sup>10</sup>, em Comunicação Social<sup>11</sup>, em História Social<sup>12</sup> e em Língua Portuguesa<sup>13</sup>. Flôres (2002) defende o valor histórico da charge como repositório de forças ideológicas em ação, como instrumento de reflexão e de projeção das principais concepções e dos pontos de vista em circulação em determinada sociedade.

A partir dessas observações sobre o domínio da charge, se lança mão das considerações de Rendón Rojas (2005, p. 127-130) sobre como um objeto se torna um documento no domínio da *Bibliotecología*. O autor distingue diferentes níveis de "ser documento" segundo o tipo de

<sup>9</sup> AGOSTINHO, Aucione Torres. 1993. **A Charge**. Tese (Doutorado em Arte)-Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

<sup>10</sup> MIGUEZ, Íris Carolina Lopes de Souza. **Arranjos combinatórios: a charge nos estratagemas da identidade do jornal**. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

<sup>11</sup> SANTOS, Sandra Machado. **CyberComix: a eleição 2002 no humor eletrônico**. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social)-Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

<sup>12</sup> GAWRYSZEWSKI, Alberto. **A caricatura e a charge na imprensa comunista (1945/57)**. 2004. Trabalho de conclusão (Pós-doutorado em História Social)-Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

<sup>13</sup> SILVEIRA, Valéria. **A palavra: imagens nos gestos de leitura: os quadrinhos em discussão**. 2003. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

objeto que seja em contextos epistemológicos construídos cientificamente e, por consequência, segundo a atividade cognitiva a que o documento dá lugar e da qual é produto.

Em um primeiro nível se encontra o objeto tal e como é, sem que haja uma intervenção para sua aparição ou uma intencionalidade de fazê-lo documento. Assim, no primeiro nível se tem o objeto em si. (RENDÓN ROJAS, 2005). No caso da presente pesquisa, tem-se a charge cuja finalidade é a expressão do chargista através do gênero jornalístico opinativo.

No segundo nível aparece o mesmo objeto que contém informação para especialistas de determinada disciplina, os quais visando à obtenção de informação estudam e investigam as mensagens apresentadas por esse objeto. O objeto nesse nível se converte em documento para o trabalho do especialista, deixa de ser um objeto em si para ser um objeto para outro. Fisicamente pode constituir o mesmo objeto, porém em uma dimensão simbólica incorpora um significado adicional em relação ao que possuía quando era somente objeto em si. (RENDÓN ROJAS, 2005). A charge, por exemplo, para um historiador deixa de ser apenas a expressão de uma opinião e de uma crítica de um chargista para ser um indício das principais ideias e opiniões circulantes em determinado contexto histórico.

O documento configura um terceiro nível quando é elaborado por um profissional da informação e este se encarrega de convertê-lo em um documento *bibliotecológico*. Por causa da ação desse profissional em inserir um documento dentro de um sistema informativo documental, ao documento é agregada informação quando este é representado, organizado e preparado para ser recuperado por um usuário. O documento dentro desse sistema tem um ser agregado que não tinha antes. A ação do profissional da informação dá um novo sentido ao documento inicial porque o coloca dentro de um contexto específico. Somente depois dessa ação, o documento adquire personalidade dentro do sistema informativo documental. (RENDÓN ROJAS, 2005). No contexto do objeto desta pesquisa, os profissionais da informação tratam a charge a fim de lhe agregar valor informativo para determinado domínio segundo estruturas objetivas do sistema informativo documental.

Conforme mencionado anteriormente, não se encontrou estudos específicos sobre a charge<sup>14</sup> nos periódicos brasileiros de Biblioteconomia e de Ciência da Informação, relacionados na página da ANCIB (ASSOCIAÇÃO..., 2013). Durante a pesquisa, foram localizados,

---

<sup>14</sup> Em vista de variedade terminológica e conceitual de charge em outros idiomas e por causa do tempo necessário para transpor a barreira do idioma, preferiu-se neste estudo se reter ao domínio brasileiro da Ciência da Informação. Tal variedade foi analisada no tópico 5.2.

entretanto, estudos informacionais sobre as histórias em quadrinhos que mencionaram a charge como fonte de informação.

Rohr e Matos (2012) sugerem a charge como um tipo de história em quadrinhos, todavia reconhecem a carência de uma categorização minuciosa desse tipo de documento. Os autores observam também que não existe uma obra de referência que detalhe os tipos de histórias em quadrinhos existentes, os assuntos abordados e o público a que se destinam. Gasque e Ramos (2012) apontam, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o potencial da charge e das tiras de quadrinhos no uso em sala de aula para a formação de leitores, porque constituem "dispositivos visuais gráficos que veiculam e discutem aspectos da realidade social, apresentando-a de forma crítica e com muito humor".

As observações de Rohr e Matos (2012) e de Gasque e Ramos (2012) indicam a necessidade de investigações da charge nos domínios da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, visando ao estudo de sua informatividade e, assim, favorecer a recuperação desse recurso de informação por seus usuários assim como possibilitar o uso por seus usuários potenciais. Além disso, a escassez de estudos sobre charge no domínio da Biblioteconomia e da Ciência da Informação sugere que este tipo de documento ainda tem dificuldades de inserção nos sistemas informativos documentais, não alcançando o terceiro nível do ser documento. Estas afirmativas também vêm a justificar a realização desta pesquisa.

## 6 ANÁLISE DOCUMENTÁRIA

Esta seção discute a análise documentária enquanto abordagem teórico-metodológica para a organização e a representação da informação. Dessa maneira, primeiramente, a análise documentária é contextualizada na Ciência da Informação, especificamente no domínio da Organização da Informação e do Conhecimento. Apresentam-se definições de análise documentária, algumas informações sobre seu domínio discursivo bem como suas operações básicas. Em sequência, há uma discussão sobre a leitura documentária, sua definição e suas variáveis. Finalmente, realizam-se considerações sobre a análise documentária de imagens.

### 6.1 A ANÁLISE DOCUMENTÁRIA NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

As investigações sobre os processos de organização da informação e do conhecimento ocupam lugar central na Ciência da Informação, sobretudo nas interlocuções dessa área com a Arquivologia, com a Biblioteconomia e com a Documentação. Devido a sua importância para o campo, os estudos sobre a organização da informação e do conhecimento são até mesmo considerados por alguns especialistas o “núcleo duro” da Ciência da Informação (ARAÚJO, 2010, p. 197; BARITÉ, 2001; GUIMARÃES; SALES; GRÁCIO, 2012; SOUZA, 2007). Apesar de sua relevância, há, porém, pesquisas que assinalam divergências e imprecisões conceituais e terminológicas sobre a noção de organização da informação e do conhecimento assim como de outros conceitos relacionados, conforme, por exemplo, foram apontados por Barité Roqueta (2011), por Bräscher e Café (2010), por Guimarães e Sales (2012) e, ainda, por Lara (2011).

Na intenção de evitar imprecisões sobre os termos e para se ter uma exposição mais clara, este estudo foi tomado como pressuposto as propostas conceituais de Bräscher e Café (2010) para organização da informação e para organização do conhecimento. As autoras em suas pesquisas se depararam com diferentes usos dos termos organização da informação e do conhecimento, tanto na literatura nacional quanto na internacional. Frente a essa variedade conceitual e terminológica, propõem conceitos para organização da informação, para organização do conhecimento, para representação da informação e para representação do conhecimento. As autoras, para tanto, pressupõem a informação e o conhecimento como objetos diferentes e, por consequência, a organização e a representação de cada um também



como processos distintos. Assim sendo, Bräscher e Café refletem sobre o objetivo de cada um desses processos de organização tomando como base seus objetos, isto é, a informação e o conhecimento. Desse modo, propõem

A organização da informação é [...] um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico. (BRÄSCHER; CAFÉ, 2010, p. 92).

O objetivo da organização da informação é possibilitar o acesso ao conhecimento contido nos objetos informacionais. Para que isso aconteça, é necessário realizar a descrição física e de conteúdo de tais objetos. Essas descrições consistem em enunciados sobre as propriedades de determinado objeto informacional, produzidos para identificar sua individualidade e suas relações com outros objetos e assim torná-lo recuperável. Os produtos dessas descrições podem ser chamados de representação da informação. (BRÄSCHER, CAFÉ, 2010, 2011; SVENONIUS, 2000). Como exemplos de representações de informação podem ser mencionados as fichas de catálogos manuais, os metadados de bibliotecas digitais, os descritores e as notações de assunto.

Por sua vez, a organização do conhecimento é delineada por Bräscher e Café (2010, p. 95) como "o processo de modelagem do conhecimento que visa à construção de representações do conhecimento", as quais consistem em modelos de mundo que representam abstrações da realidade. Acrescenta-se a proposta de Dalhberg (2006), para quem a organização do conhecimento tem o caráter de disciplina científica que investiga a estruturação e o arranjo sistemático de unidades de um domínio do conhecimento, entendidas como conceitos. Do ponto de vista dessa disciplina, em um domínio específico os conceitos além de definidos devem também ser relacionados e representados sistematicamente, para fins de recuperação e de comunicação da informação. De acordo com Bräscher e Café (2011), a concretização da organização do conhecimento se dá nos sistemas de organização do conhecimento aplicados na organização da informação dos domínios para representar a informação. Hjørland (2008) define os sistemas de organização de conhecimento como ferramentas semânticas que apresentam a interpretação da organização de estruturas do conhecimento. Os tesauros, os códigos de classificação bibliográfica e as ontologias são exemplos de sistemas de organização do conhecimento utilizados na organização da informação.

Para o empreendimento desta pesquisa muitas vezes se recorreu a autores que adotam o termo organização do conhecimento para se referir ao que Bräscher e Café (2010) compreendem como organização da informação e vice-versa. Em face das variações terminológicas recorrentes na literatura, neste trabalho foi observado o conceito e, sobretudo, sua aplicação, não se atendo ao termo utilizado.

Guimarães (2009), analisando a literatura especializada, observa no universo da organização da informação três vertentes teóricas que subsidiam as práticas nesse domínio. A primeira consiste na catalogação de assunto (*subject cataloguing*), de matriz norte-americana, cuja tônica reside na construção do catálogo de assunto enquanto produto do tratamento temático da informação em bibliotecas. Surgida no contexto dos centros de documentação e das bibliotecas especializadas, a segunda abordagem teórica é a indexação (*indexing*), de matriz inglesa, cujo enfoque está na provisão de instrumentos para a busca de informação na perspectiva da dupla dimensão entre o documento e o usuário, representado pela recuperação da informação. Finalmente, a análise documentária (*analyse documentaire*), de matriz francesa, é a terceira vertente teórica da organização da informação e sua preocupação recai sobre os procedimentos da organização do conhecimento e da informação, ou seja, na identificação e na descrição de suas etapas.

Este trabalho parte do pressuposto de que a charge é um gênero documentário dotado de uma linguagem peculiar, cuja análise, para ser eficaz, deve levar em conta suas especificidades linguísticas e informativas. Nesse sentido, a análise documentária foi selecionada como abordagem teórica deste estudo, por causa de sua ênfase nos procedimentos da organização da informação e de suas interlocuções com a Linguística Textual.

## 6.2 DEFINIÇÕES DE ANÁLISE DOCUMENTÁRIA

Cunha (1990, p. 59) observa que durante muito tempo os métodos da organização da informação “foram considerados como operações empíricas de ‘bom senso’ pelas quais se atribuíam, a um texto/documento qualquer, uma ou várias palavras-chave destinadas a facilitar a recuperação, no momento da pesquisa sob um dado tema”<sup>15</sup>. Cunha observa dois preconceitos implícitos ou explícitos nessas operações. O primeiro é a atribuição por parte da

---

<sup>15</sup> “O uso de barras unindo conceitos demonstra a imprecisão conceitual existente na Biblioteconomia. Ex.: texto/documento; texto/discurso/documento; biblioteconomia/documentação, etc.” (CUNHA, p. 59).

Biblioteconomia/Documentação de que a leitura com fins documentários fosse única, fechada e universal, independente do leitor/indexador. O segundo preconceito se dá na atribuição de palavras-chave ao texto na medida em que se considera as palavras “neutras”, desprovidas de sentidos. Guimarães (2009, p. 112) observa sobre esse período que "a questão do assunto emerge como algo mais simples, quase como que inerente e de pronto perceptível" e que não se tinha "exatamente claro como o processo de determinação de assunto efetivamente ocorre".

A análise documentária surgiu neste cenário com a preocupação com o desenvolvimento de referenciais teórico-metodológicos para o processo de organização da informação. Entre as décadas de 1960 e 1970, documentalistas franceses justificaram essa preocupação por causa da ausência de parâmetros que conferissem cientificidade, por meio da explicitação dos procedimentos ou dos mecanismos envolvidos. A literatura aponta como notáveis durante o desenvolvimento inicial os estudos de forte matriz linguística dos franceses Jean-Claude Gardin e Maurice Coyaud. A tradição da análise documentária tem importantes reflexos na Espanha, a partir dos trabalhos de Izquierdo Arroyo, de Sagredo Fernández e de García Gutierrez, e no Brasil, através dos pesquisadores, atualmente liderados por Johanna Wilhelmina Smit e por Marilda Lopes Ginez de Lara, no Grupo Temma, da Universidade de São Paulo, com os estudos de Linguística Documentária. (ANDRADE; 2010; GUIMARÃES, 2009; GUIMARÃES; SALES; 2012; GUIMARÃES; SALES; GRÁCIO, 2012; KOBASHI, 1996; LARA, 2008; 2011).

A análise documentária pode ser definida como “uma atividade metodológica específica no interior da Documentação, que trata da análise, síntese e representação da informação, com o objetivo de recuperá-la e disseminá-la” (CINTRA et al., 1994, p. 24). Para Coyaud<sup>16</sup> (1966, p. 18 apud LARA, 2011), a análise documentária é primeiramente uma operação de reconhecimento das unidades lexicais que representam as noções importantes de um documento. Gardin<sup>17</sup> (1981, p. 29 apud FUJITA, 2003) apresenta a análise documentária como um conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de expressar o conteúdo dos documentos científicos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação. Para García Gutierrez (1990), a análise documentária consiste em extrair as ideias centrais de um documento com o fim de disponibilizá-lo para sua recuperação mediante representações

---

<sup>16</sup> COYAUD, M. **Introduction a l'étude des langues documentaires**. Paris: C. Klincksieck, 1996.

<sup>17</sup> GARDIN, J-C. et al. **La logique du plausible: essais d'epistemologie pratique**. Paris: Maison de Sciences de L'Homme, 1981. p. 29.

sintéticas. Em seu *Diccionario de Bibliología y ciencias afines*, Martinez de Sousa<sup>18</sup> (1989 apud GUIMARÃES, 2009) coloca a análise documentária como conjunto de operações realizadas para representar o conteúdo de um documento de forma distinta da original, com o fim de facilitar a consulta ou a recuperação da informação. Martinez de Sousa explica que a análise documentária ainda abrange, por um lado, a descrição bibliográfica e a catalogação e, por outro, a indexação e a elaboração de resumos. Guimarães (2009, p. 110), ao comparar a definição de análise documentária segundo Martinez de Souza com a de outros teóricos, observa na concepção deste autor espanhol o fato de a questão procedimental vir mais à tona. Explicitamente reconhece "a existência de um conjunto de operações, aspecto que, por sua vez, pressupõe uma lógica interna, uma sequência coerente de etapas, cada qual com objetivos precípuos".

Araújo Júnior (2007) reconhece a análise documentária como parte precípua do processo por que passa um documento em uma base de dados. Após ser selecionado para inclusão em uma base de dados, explica o autor, o documento deverá passar por um processo de análise de seus conteúdos, para que esses possam ser representados de modo a operacionalizar a sua posterior recuperação. A partir do que disse Araújo Júnior, é possível reconhecer a importância da análise documentária em um sistema informativo documentário.

Os estudos da análise documentária têm forte matriz linguística, na intenção de compreender o processo comunicativo da representação de conteúdo de um documento de tal modo a propiciar uma recuperação efetiva, por meio de produtos de condensação (resumos) e de conceitos-chave de conteúdo identificados por meio de termos de indexação. A análise documentária centra seu foco no processo de organização da informação em si, vale dizer, em explicitar procedimentos voltados para identificação e para seleção de informações documentárias para posterior representação e geração de produtos documentários. (ANDRADE, 2010; GARCIA GUTIERREZ, 1990; GUIMARÃES, 2009; KOBASHI, 1996; LARA, 2001; 2008; 2011).

Atualmente, a análise documentária faz parte de um vasto conjunto de estudos que podem se incluídos no subcampo da Linguística Documentária que tende a integrar, por sua vez, o conjunto dos estudos de Organização e Representação do Conhecimento, subárea da Ciência da Informação (LARA, 2011).

---

<sup>18</sup> MARTINEZ DE SOUSA, José. *Diccionario de Bibliología y ciencias afines*. Madrid: Fund. Germán Sánchez Ruipérez, 1989.

### 6.3 OPERAÇÕES GERAIS DA ANÁLISE DOCUMENTÁRIA

Como afirmado anteriormente, a análise documentária deve oferecer os subsídios operacionais para a representação do conteúdo dos documentos. As diversas tipologias de documento exigem processos distintos de acordo com as especificidades informativas. Porém, alguns pesquisadores propõem operações gerais para a análise documentária independente do *corpus* analisado. Esta subseção aduz algumas dessas propostas.

Cunha (1990) identifica duas fases no processo de análise documentária: a análise e a síntese. O objetivo da análise é a identificação da estrutura do discurso do autor/produtor. Enquanto a síntese assume o objetivo de atribuir ou mesmo de extrair conceitos/descriptores envolvidos na tradução do conteúdo do discurso analisado.

Nessa mesma direção, Guimarães (2003) propõe as etapas analítica e sintética. A etapa analítica se subdivide em dois momentos: a leitura técnica do documento visando a identificar as partes com maior conteúdo temático e a identificação de conceitos a fim de reconhecer as partes mais significativas tematicamente. A etapa sintética se subdivide em três momentos: a seleção de conceitos onde os assuntos são postos em categorias (principais, secundários e periféricos); a condensação documentária, referente à elaboração de um resumo para o documento; e a representação documentária para traduzir o conteúdo temático do documento em linguagem de indexação.

Araújo Júnior (2007) discute a concepção proposta por Guimarães (2003) e desdobra a análise documentária em dois níveis: análise formal e análise de conteúdo. No nível de análise formal são observados os aspectos extrínsecos aos documentos com a finalidade de identificação e localização. Ao passo que o nível de análise de conteúdo examina os aspectos intrínsecos do documento, ou seja, a representação temática do conteúdo dos documentos.

Kobashi (1996, p. 9) lança mão do termo "informação documentária" em sua proposta de fases para análise documentária. A autora, contudo, não define "informação documentária", mas usa o conceito como se referisse ao produto da análise documentária. Desse modo, Kobashi esquematiza em três fases para o que chama de "elaboração de informações documentárias". Para a autora, essas fases são válidas independentemente do *corpus* documental a ser analisado ou do sistema documentário no interior do qual se realizam. A primeira fase corresponde a ler um texto. A segunda fase consiste em selecionar, no texto lido, o conteúdo informacional considerado pertinente para usos determinados. E, finalmente,

a terceira fase se refere a representar, ou seja, dar forma às informações selecionadas, de modo a torná-las documentariamente manipuláveis.

As operações da análise documentária, contudo, sofrem influências de algumas variáveis que interferem na formulação de informações documentárias. Lara (2011) lista as seguintes variáveis: (1) a estrutura do texto; (2) as informações brutas presente no texto; (3) o estado de sistematização metodológica e terminológica da área; (4) a instituição na qual o processo se desenvolve; (5) o usuário da informação documentária; (6) o estoque de conhecimento anterior do analista e sua formação ideológica. Assim, apesar de haver operações gerais de análise documentária, não há um processo de análise documentária universal.

#### 6.4 LEITURA DOCUMENTÁRIA

Conforme foi exposto no tópico anterior, tanto Cunha (1990) quanto Guimarães (2003) e Kobashi (1996) delineiam em suas propostas para a análise documentária alguma operação na qual algum processo de leitura esteja envolvido. Cintra (1983, p. 5) afirma que "todo e qualquer trabalho de indexação supõe uma leitura do documento e essa leitura tanto pode ser processada por cérebro humano, quanto por máquina". A análise documentária, observa Araújo Júnior (2007, p. 29), "tem na leitura do documento quer seja realizada por um indexador ou por um computador, um fator crítico de sucesso". A leitura documentária, de acordo com Lara (2011), é uma modalidade específica do processo global da leitura a partir do qual se inicia a análise documentária. Lara afirma que o conceito de leitura documentária surge como proposta de aperfeiçoamento da análise documentária. Considerando assim a sua importância, nesta subseção se discute especialmente a leitura documentária e algumas de suas especificidades.

Fujita (2004) distingue diversos tipos de prática de leitura, tais como a leitura para formação e atualização profissional, a leitura para cidadania e a leitura para a atuação profissional. E daí poderiam se pensar em tantos outros tipos leituras, de acordo com a sua finalidade. A partir dessa distinção, Fujita defende que as diferentes leituras implicam diferentes leitores.

Ainda essa autora enfatiza a leitura para atuação profissional, isto é, aquela cujo fim é atingir objetivos profissionais dentro de um contexto de trabalho. A autora entende a leitura realizada no contexto de uma atuação profissional enquanto leitura profissional realizada por leitores profissionais. É possível apontar como exemplo desse tipo de leitura na atuação de tradutores,

de escritores, de pesquisadores e de críticos literários, e no contexto profissional da informação, de indexadores, de resumidores e de classificadores. (FUJITA, 2004).

Para ela, a leitura é um ato social, não obstante a sua individualidade. Essa observação é justificada na existência de um processo de comunicação e de interação entre leitor e autor intermediados por um texto, ambos com objetivos estabelecidos dentro do contexto de cada um. Nesse sentido, a leitura incorpora uma complexidade subjacente porque depende do processamento humano de informações e da cognição de quem lê, de um texto elaborado por um autor e dos contextos de ambos. O contexto do leitor ainda assume o caráter determinante no objetivo da leitura. (FUJITA, 2004).

Destarte, Fujita analisa três variáveis envolvidas no processo de leitura documentária: o leitor/indexador, o texto e o contexto. Antes de abordar cada uma das variáveis, a autora discute a leitura desde a perspectiva da comunicação.

Sob a perspectiva da comunicação, a leitura é um processo em que o autor é o emissor; o texto é a mensagem; o leitor é o receptor; a alfabetização (ou conhecimento da língua expressa no texto) é o canal em comum; a compreensão é o feedback e o que atrapalha (desconhecimento da língua, vocabulário, o assunto ou outras dificuldades) são denominados de ruídos e silêncios. (FUJITA, 2004).

A partir das observações de Fujita (2004), se discute sumariamente neste trabalho cada uma das variáveis envolvidas na leitura documentária, as quais são o texto, o contexto e o leitor.

#### *6.4.1 O texto*

A aceção de texto de acordo com Koch<sup>19</sup> (2002 apud Fujita 2004) dependerá da concepção que se tem de língua e de sujeito. Na primeira aceção, segundo a autora, o texto é visto como um produto lógico do pensamento, uma representação mental de quem o produziu. Essa compreensão pressupõe a ideia de que ao leitor cabe o papel de captar essa representação mental, justamente com as intenções do autor. O texto é visto como simples produto da codificação de um emissor a ser decodificado pelo leitor. O leitor, dessa forma, deve decodificar o texto se valendo do conhecimento do código. Essa concepção também se fundamenta na ideia de que o texto decodificado tem o sentido totalmente explicitado. Por outro lado, de acordo com Koch, o texto pode ser também compreendido como lugar de

---

<sup>19</sup> KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

interação quando se tem, junto ao leitor, o contexto sociocognitivo dos participantes da interação. Nesse entendimento, segundo a autora, o texto é um evento comunicativo no qual convergem ações linguísticas.

Porém, em termos de análise documentária essa acepção se compromete. Cintra (1989, p. 30) observa que “na leitura para fins documentários, entretanto, o princípio de cooperação autor/leitor é rompido, já que, normalmente, o autor não previu o documentalista como leitor”. Assim, este fator complicador deve ser acrescentado à complexidade inerente à leitura documentária.

Fujita (2004) identifica o conhecimento textual como um forte componente cognitivo na leitura, o qual abrange a sua tipologia e a sua estrutura do texto. A autora afirma

O texto, além de uma estrutura linguística, possui uma estrutura de significado que somente aparece quando o leitor faz uma leitura compreensiva. Então, também o texto está sujeito a uma interpretação cognitiva e não somente descritiva. (FUJITA, 2004).

Ainda de acordo com Fujita (2004), o conhecimento textual faz parte do conhecimento prévio do leitor e é uma das condições para a sua leitura. Mollica e Leal (2012) observam que durante a leitura os conhecimentos prévios são relacionados a informações novas a fim de processar operações inferenciais e de atingir o nível efetivamente interpretativo da informação. Para Cintra (1989), a sobreposição ao texto dos conhecimentos prévios de vários níveis permite ao leitor avançar na compreensão e imprime maior velocidade à leitura. No âmbito da análise documentária, segundo Kobashi (1996), há uma preocupação com a identificação da estrutura informacional dos textos, ou seja, com o próprio texto, a fim de elaborar representações condensadas que permitam ao leitor identificar o seu conteúdo informacional.

No que é referente à estrutura do texto, Fujita (2004) afirma que há uma relação com o modo pelo qual as ideias são organizadas textualmente e com relação ao conteúdo, ao tema e aos conceitos tratados no texto. Como a estrutura do texto se articula ao seu conteúdo, o autor de um texto escolhe determinada estrutura textual que venha coincidir com o conteúdo que deseja transmitir. Por esse motivo, uma importante parte do processo de compreensão de leitura é justamente essa habilidade de reconhecer o gênero do texto, bem como os diferentes tipos de texto. (FUJITA, 2004).



A construção e a comunicação do conteúdo têm como fatores importantes a estrutura linguística do texto, na proporção em que os conhecimentos textual e linguístico do leitor contribuem para a compreensão da leitura. Essa estrutura textual pode estar explícita ou não e se diferir de acordo com as diversas tipologias discursivas e documentais. Além da estrutura linguística e de conteúdo, o texto possui um contexto de produção próprio do autor e do desenvolvimento do trabalho que culminou na redação do texto que, certamente, são influentes na leitura. Esses aspectos podem estar presentes na leitura profissional, tornando-se fundamentais e influentes. (FUJITA, 2004).

Van Dijk (1992) propõe que o leitor procura durante a leitura é a informação importante, podendo esta variar de um leitor para outro. Em vista disso, o autor considera duas categorias de informação importantes, a saber: informação textualmente importante considerada pelo autor e informação contextualmente importante considerada pelo leitor mediante a sua intenção de leitura.

Para Fujita (2004), a identificação da ideia principal variará de acordo com a estrutura textual. A autora dá o exemplo de que no texto narrativo a ideia principal pode ser um acontecimento ou a sua interpretação e também exemplifica que uma regra ou um conceito podem ser ideias chaves em um texto informativo. Porém, nem sempre é fácil identificar a ideia principal. Assim, a autora declara "quando a ideia principal aparece implícita, o leitor deve inferi-la com base nas informações fornecidas pelo texto e no seu conhecimento prévio sobre o assunto".

#### *6.4.2 O leitor/indexador*

O leitor no processo da análise documentária é identificado por Fujita (2004) como indexador e por Lara (2011) como leitor-documentalista. Como tal, no exercício de sua atividade faz uso de seu conhecimento profissional para executar a leitura documentária. Esse conhecimento, todavia, não constitui um conhecimento específico do assunto de determinado documento. O que caracteriza o leitor-documentalista como especialista são os conhecimentos sobre análise documentária, de estratégias de análise e, sobretudo, de políticas de indexação e de demanda do usuário do sistema de informação. Esse profissional, então, prescinde de conhecimentos específicos para atividade de leitura documentária. Para Cunha (1990), há a necessidade de conhecimento da área em que se trabalha e este conhecimento é importante na medida em que contribui para a identificação do contexto e dos fatores de produção do discurso analisado.

Segundo Lara (2011), o leitor-documentalista não se caracteriza como um leitor-modelo, isto é, como leitor que coopera necessariamente com o texto em uma negociação de significados, de ditos e não-ditos. De acordo com a autora, a leitura documentária se enquadra num processo de produção industrial de textos, de modo que o leitor-documentalista não pode dedicar mais tempo à leitura do que aquele previsto na atividade de indexação de um grande volume de publicações. O pensamento da autora é sintetizado quando afirma

o leitor documentalista tem de realizar uma leitura para focalizar preposições no texto usando estratégias que, além das restrições de sua enciclopédia particular (seu conhecimento sobre o tema do texto que está lendo), remete a propósitos da inserção de seu trabalho num espaço institucional determinado. (LARA, 2011, p. 101-102).

Lara (2011, p. 102) conclui que o processo de leitura deve, então, ser apoiado em quadros de referência que permitam reconhecer o vocabulário das áreas do conhecimento e as formas mais usuais de organização textual. Assim, conforme a autora, é necessário que o leitor-documentalista receba treinamento específico para conhecer estratégias de leitura, para identificar tipologias textuais e para reconhecer a terminologia dos textos. Somadas ao conhecimento dos objetivos institucionais e dos perfis dos usuários, "essas competências [...] habilita-o a desempenhar a produzir a síntese documentária, meio para construir a informação documentária."

#### *6.4.3 Contexto*

Em seu uso comum, a palavra contexto é utilizada nas análises de determinados fatos e de processos, visando à compreensão da situação e das condições em que ocorrem. Ao passo que em usos específicos, as concepções de contexto são variadas, mas se referem especialmente ao texto e, num âmbito que ultrapassa a linguística, às condições sob as quais a língua é falada. (FUJITA, 2004).

O contexto constitui a terceira variável do modelo de leitura documentária proposto por Fujita (2004), englobando todas as condições nas quais se encontra o leitor (com as suas estruturas e processos) quando entra em contato com um texto. É possível distinguir três tipos de contexto: os contextos físico, psicológico e sociocognitivo.

O contexto psicológico está relacionado às condições contextuais próprias do leitor, as quais abrangem a sua disposição para ler, a sua motivação, a sua intenção e seu objetivo de leitura.

Em termos de leitura documentária, o leitor-indexador tem o propósito de extrair a informação relevante do texto, tendo em vista a sua posterior recuperação por um leitor interessado. Para obter eficácia, este leitor lança mão de estratégias metacognitivas próprias de leitura documentária. Nesse sentido, a leitura documentária se orienta, sobretudo, por seus objetivos. Deste modo, o seu êxito depende das habilidades do leitor documentário e dos conhecimentos prévios necessários à atividade da análise documentária. (FUJITA, 2004).

O contexto físico se refere às condições materiais em que ocorre a leitura. Tais condições estão relacionadas, principalmente, ao sistema informativo documentário para o qual será realizada a análise documentária (FUJITA, 2004). Dessa maneira, abrange, por exemplo, a infraestrutura do sistema de informação bem como da organização, seus recursos, seus serviços e seus produtos. Os instrumentos de explicitação de processos em análise documentária, tais como políticas de indexação, a linguagem documentária e os manuais de procedimento, também compõem o contexto físico.

Por contexto social, conforme Fujita (2004) se entendem as formas de interação que podem se produzir no decurso da atividade. O contexto sociocognitivo é considerado pela autora uma representação mental do leitor. Este contexto se circunscreve no conhecimento da situação comunicativa e de suas regras e está implícito no contexto físico do trabalho desenvolvido por leitores documentários nos sistemas de informação. O contexto sociocognitivo tem relação com os instrumentos da análise documentária.

## 6.5 ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DE IMAGENS

Como afirmado anteriormente baseado em diversos autores, a análise documentária é importante para a recuperação de documentos na medida em que expõe conteúdos significativos localizados no interior dos mesmos. A proposta original dos documentalistas franceses para a análise documentária era o de tratamento de textos técnico-científicos. Porém, seus seguidores, sobretudo espanhóis e brasileiros, em apropriações da análise documentária a estenderam e a adaptaram para outros tipos de documento (LARA, 2011).

Também foram apresentadas anteriormente fases gerais de análise documentária, independente do *corpus* a ser analisado. Smit (1996, p. 29), no entanto, observa que mesmo registros semelhantes não demandam as mesmas lógicas de tratamento documentário, “uma vez que suas modalidades de uso são distintas”. Maimone e Gracioso (2007) apontam para a

necessidade de diferenciar a existência de tipologias na classificação desses documentos de modo a ressaltar que diferentes materiais devam receber também diversos tratamentos.

Nessa direção, esta subseção primeiramente apresenta algumas considerações sobre as linguagens das imagens, no contexto da análise documentária. Em subsequência, trata sobre os níveis de significação da imagem. E, por último, apontará algumas metodologias de análise documentária de imagens em geral.

#### *6.5.1 Considerações sobre a linguagem das imagens*

No tocante à representação de imagens, Maimone e Gracioso (2007) chamam atenção para a importância dos estudos linguísticos. Segundo as autoras, a representação de imagens se torna bastante otimizada com auxílio de estudos linguísticos. Para as pesquisadoras, é por intermédio da linguagem que o profissional da informação atua e manifesta seu poder de descrição. A Linguística, nesse sentido, subsidia o profissional na identificação de signos relacionados aos documentos tratados. A importância do conhecimento da linguagem do documento é reconhecida por Moreira Gonzalez e Robledano Arillo (2003, p. 13) quando apontam a necessidade do saber ver a imagem.

Se para compreender um texto é preciso saber lê-lo, para nos aproximarmos de uma imagem é preciso saber vê-la. E essa tarefa é difícil, tendo em vista a variada presença de signos que se entrelaçam, muitas vezes pouco explicitamente, porém, com indubitável peso na significação final.

#### *6.5.2 Níveis de significação em imagens*

Há na literatura diferentes abordagens teóricas e metodológicas para contribuir para a análise de imagens. Panofsky (1979) em um trabalho sobre obras de arte visuais identifica três níveis para analisar sua mensagem e seus significados: pré-iconográfico, iconográfico e iconológico.

O nível pré-iconográfico envolve a descrição genérica de objetos e de ações representados pela imagem. O nível iconográfico, por sua vez, estabelece o assunto secundário ou convencional ilustrado pela imagem. Consiste, de modo geral, na determinação do significado mítico, abstrato ou simbólico da imagem, sintetizado a partir de seus elementos componentes, detectados pela análise pré-iconográfica. Finalmente, o nível iconológico propõe uma interpretação do significado intrínseco do conteúdo da imagem. A análise iconológica se

constrói a partir das anteriores, mas recebe fortes influências do conhecimento sobre o ambiente cultural, artístico e social no qual a imagem foi gerada.

Panofsky (1979) exemplifica esses diferentes níveis de análise a partir de uma imagem simples: um homem segurando o chapéu levantado acima da cabeça. Em termos de nível pré-iconográfico, a análise ressalta a existência do homem e seu gesto, erguer o chapéu. Enquanto ao nível iconográfico, a mesma imagem seria analisada enquanto representativa de um ato de cortesia. Por seu turno, a análise iconológica contextualizaria o ato de cortesia na realidade social e cultural do local e da época em que a imagem foi gerada, construindo, a partir destes dados, uma proposta de código de cortesia em certa classe social e dado momento histórico.

Moreiro González e Robledano Arillo (2003) discutem os níveis de significação de imagens propostos de Panofsky (1979) no contexto documentário. Do nível pré-iconográfico se extrai descrições do que é evidente. O nível iconográfico oferece informações para a descrição do que é contextual, isto é, acontecimentos reais captados e refletidos na imagem representam o contexto de sua produção. Por fim, o que é intrínseca e simbolicamente explicativo será objeto da análise iconográfica.

Smit (1996) assimila a análise iconológica à elaboração de um modelo ou de uma teoria a serem validados, baseada na análise imagética, mas cujo objetivo a ultrapassa, porque é externa à imagem. Para a autora, a iconologia visa à elaboração de teorias, enquanto as análises pré-iconográfica e iconográfica permanecem mais próximas da imagem, detalhando seus componentes (pré-iconografia) e nomeando seus agrupamentos (iconografia). A iconologia passa, então, a ser objeto, por exemplo, da História ou da Crítica da Arte, e, por isso, conclui Smit, não é pertinente ao universo documentário.

### 6.5.3 Metodologias de análise documentária de imagens<sup>20</sup>

Consoante ao que já foi dito anteriormente, as operações de análise documentária podem variar de acordo com as tipologias de documento. No âmbito da análise documentária de imagens, esta variabilidade também é verificada uma vez que há também uma diversidade de

---

<sup>20</sup> Os trabalhos citados sobre metodologias de análise documentária de imagens, certamente, não são os únicos no domínio da Ciência da Informação. Tais trabalhos foram encontrados no processo de pesquisa bibliográfica para fundamentar este estudo. Não se pretende de modo algum apresentar uma revisão sobre o assunto, mas sim, citar alguns exemplos de desenvolvimento de metodologias de análise documentária de imagens presentes na literatura.

materiais documentais imagéticos. Podem ser mencionados como exemplos de tipos de documentos imagéticos a fotografia, o desenho, a pintura, a planta, a caricatura e a charge.

Durante a pesquisa bibliográfica para o desenvolvimento desta pesquisa foram encontrados alguns trabalhos sobre análise documentária de alguns tipos de imagens. Em Smit (1989) se aduz uma apresentação de problemáticas em torno da análise documentária de imagens, especificamente de fotografias. Smit (1996) discute as questões sugeridas em Smit (1989) e são consideradas novas perspectivas para a análise documentária de imagens.

Manini (2002) propõe uma metodologia de análise documentária de fotografias direcionada para o caráter indicial do documento fotográfico, bem como para a função e a importância do referente na determinação da indicialidade. Manini lança mão das propostas de Smit (1996) para desenvolver o conceito de dimensão expressiva da imagem fotográfica, o qual contribui decisivamente para a metodologia proposta em sua tese.

Maimone e Gracioso (2007) exploram perspectivas metodológicas para a análise documentária das obras do pintor surrealista Salvador Dalí. O desenvolvimento dos resultados dessa exploração podem ser encontrados na dissertação Maimone (2007) e nos artigos Maimone e Tálamo (2008; 2009).

Moreiro González e Robledano Arillo (2003) propõem uma metodologia para o tratamento da fotografia, considerando as etapas da descrição à interpretação da imagem. Os autores ainda listam linguagens documentárias para a análise documentária de imagens. Em seu livro, há também uma proposta de metodologia para o tratamento de conteúdo de recursos audiovisuais.

Por fim, Shatford (1986) parte dos níveis de análise de imagens sugeridos por Panofsky (1979) para apresentar apontamentos a respeito do DE e do SOBRE. A autora estabelece a diferença dizendo que a análise iconográfica possibilita identificar especificamente DE que é uma imagem, ao passo que também torna possível perceber a exibição de alegorias, personificações e símbolos para fins de analisar sobre o que é uma imagem. "Para responder DE que é uma imagem, usa-se o nome de pessoas, lugares, objetos e ações; já para o SOBRE, as respostas são nomes que descrevem emoções e conceitos abstratos" (MANINI, 2002, p. 78). A importância da contribuição de Shatford pode ser verificada no fato de que é citada em todos os trabalhos anteriormente citados sobre análise documentária de imagens.

## 7 ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DE CHARGE

Esta seção não pretende esgotar a análise documentária de charge. Seu objetivo é explorar especificidades do processo de análise documentária de charge. Para isso, a partir da caracterização da charge enquanto gênero discursivo e documental no capítulo três e da discussão a respeito da análise documentária como abordagem teórico-metodológica da organização da informação no capítulo quatro, levanta temas e questões sobre a análise documentária sobre a charge. Pretende-se assim contribuir para o avanço de pesquisas teórico-metodológicas sobre análise documentária de charge, nos domínios da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

A charge é objeto informativo em diferentes domínios do conhecimento, o que implica diferentes usos desse gênero documentário. A inserção e o tratamento da charge em um sistema informativo documental deve observar os usos específicos que se faz dela. Cada domínio do conhecimento utilizará a charge, segundo seus próprios critérios de relevância. Hjørland (2001) afirma que a melhor análise temática é aquela que faz melhor prognóstico quanto ao uso futuro do documento. O conhecimento sobre os usuários representados pelos domínios discursivos, então, contribuirá decisivamente para a qualidade da análise documentária de charge. A identificação de domínios do conhecimento interessados na investigação da charge também concorrerá para o desenvolvimento de linguagens documentárias compatíveis com a linguagem natural dos usuários.

A literatura especializada apresenta resultados de pesquisas sobre a análise documentária de outros tipos de documentos de linguagem imagética (SMIT, 1996; MANINI, 2002; MOREIRO GONZÁLEZ; ROBLEDANO ARILLO, 2003; SHATFORD, 1986). A aplicabilidade em charges das metodologias desenvolvidas nesses estudos deve ser verificada, em sua eficácia e em sua eficiência. Essa aplicação também poderá concorrer para o desenvolvimento de metodologias de análise documentária, considerando os aspectos informativos e linguísticos comuns à charge e a de outro tipo de documento investigado. Estudos sobre a linguagem de documentos próximos também devem contribuir por meio da observação dos pontos em comum para a compreensão do fenômeno da informatividade em charges.

Gawryszewski (2008) e Peláez Malagón (2003) sugerem a necessidade de se estabelecer novas categorias para a caricatura e para a charge. Mollica e Guedes (2011) falam da

viabilidade com fins didáticos e da pesquisa do agrupamento de gêneros discursivos. A categorização, nesse sentido, de charge pode ser algo que contribua para a sua análise documentária, sobretudo aquela que envolve a representação descritiva da charge. O estabelecimento de diferentes categorias de charge poderão também apontar a necessidade de desenvolvimento de diferentes metodologias para a análise documentária das possíveis diferentes tipologias de charge.

Os níveis de informação a ser descritos configuram outra problemática de grande relevância para a pesquisa em análise documentária da charge. A possibilidade de transposição dos níveis de significação em imagens pictóricas propostos por Panofsky (1979) para a charge deve ser verificada. Acredita-se que a linguagem híbrida pode reconfigurar esses níveis de significação, o que tornaria necessário o estabelecimento de outros níveis de informação na charge para a sua análise documentária.

Observa-se a necessidade de pesquisas sobre a aplicação de linguagens documentárias desenvolvidas para a análise documentária de textos verbais no contexto da análise documentária de charge. Smit (1989) aponta para problemas no uso em análise de imagens de linguagens documentárias criadas para tratamento de textos, tendo em vista os diferentes códigos linguísticos desses gêneros documentais. Para a autora, os níveis de descrição devem ser outros. Surge a necessidade de verificar se o híbrido uso da linguagem da charge e sua forte relação com o contexto de enunciação modificam a relação apontada por Smit.

Os conhecimentos da estrutura textual e das condições de produção discursiva favorecem a compreensão do fluxo de informação durante a leitura do discurso (CUNHA, 1990; FUJITA, 2004; KOBASHI, 1996; MOLLICA; GUEDES, 2011). Em termos de análise documentária de charge, o conhecimento da estrutura do discurso e de como se dá sua produção sófica permitem a caracterização de processos cognitivos ocorrentes durante a leitura documentária. A partir disso, parafraseando Fujita (2004), é possível desenvolver estratégias metacognitivas de leitura documentária, permitindo o alcance de maiores índices de eficiência e de eficácia na análise documentária. Nessa direção, é necessário desenvolver pesquisas sobre o fluxo de informação em charge e suas implicações na leitura documentária.

O contexto de produção chargística se coloca como grande desafio para a análise documentária de charge, uma vez que, conforme foi analisado no capítulo cinco, a compreensão da mensagem da charge depende do conhecimento das condições de enunciação



da mesma. Deve-se também atentar para o tempo necessário para recuperar o contexto de produção da charge, o que pode tornar a análise documentária um processo moroso. Lara (2011) reconhece que é grande a quantidade de documentos com que lida a análise documentária. Nesse sentido, uma metodologia para análise documentária de charge deve considerar os recursos disponíveis para sua execução, observando o tempo médio necessário para cada charge. A identificação de estratégias que permitem a recuperação do contexto se torna, destarte, condição de sucesso para a análise documentária de charge.

O conhecimento prévio do leitor é fundamental para a compreensão da charge, conforme apontou Flôres (2002). A leitura da charge, desse modo, consiste em um processo informativo de contextualizar o conhecimento objetivado no documento, a partir de um pressuposto já conhecido. Quanto maior for esse conhecimento pressuposto, maiores a chance desse processo informativo durante a análise documentária obter êxito. Este conhecimento prévio, inclusive, pode permitir a solução para problemas já apontados referentes à execução da análise documentária.

A formação do analista documentário de charge também é um tópico importante que pode ser discutido em pesquisas posteriores. A charge se caracteriza por uma leitura “difícil e exigente”, sobretudo no que diz respeito ao conhecimento do contexto de sua produção (FLÔRES, 2002, p. 11). Isso pode sugerir que o analista documentário deva ser altamente especializado, exigindo competências além daquelas no domínio da análise documentária. Não apenas se deve discutir sobre a formação desse tipo de profissional, quanto à viabilidade de recrutamento de arquivistas, de bibliotecários e de documentalistas para atuar na análise documentária de charge.

Gawryszewski (2008, p. 16) afirma que o riso ou prazer na leitura de uma charge ou uma caricatura só existirá “se houver certa cumplicidade, uma possibilidade de acordo entre o desenhista e o leitor”. Cunha (1990, p. 71) trás à discussão sobre o problema da ideologia do analista documentário na execução de suas atividades profissionais. Para a autora, a negação da componente ideologia em análise de texto para fins documentais “é não colocar em questão o papel do indivíduo no processo de produção, consumo e tradução do conteúdo para o todo/conceito/palavra-chave”. Ao mesmo tempo, a autora alerta que essa postura também consiste em negar que a linguagem do discurso ou da linguagem documentária é aquisição, construção e instrumento “elaborado respectivamente pela sociedade por e para um grupo social, refletindo, em ambos os casos, o pensamento e os interesses dominantes”. Estas

questões provocam discussões a respeito da postura ética para análise documentária da charge, assim como as limitações de tal processo considerando as diferenças entre os contextos ideológicos de produção e de leitura.

A instituição em que se instala o sistema informativo documental se coloca como um elemento do contexto, uma das variáveis dos processos da análise documentária (FUJITA, 2004). A identificação de estoques de charges pode contribuir para o delineamento de um perfil de organizações interessadas na custódia de charges. Este perfil também pode corroborar para a transformação dos resultados de uma pesquisa sobre análise documentária de charge em um produto ou em um serviço no mercado.

Outros modos de organizar e de representar a informação em charge poderão ser encontrados na identificação de estoques desses documentos. Esses métodos de organização e de representação podem, inclusive, mostrar a falta de necessidade deste estudo ou, por outro lado, servir como justificativa para o mesmo e contribuir para o seu desenvolvimento.

Os desdobramentos da análise documentária na Documentação espanhola podem trazer novas perspectivas a esta pesquisa. É recomendada a verificação dessa possível contribuição, por meio de uma revisão da literatura dos documentalistas espanhóis em pesquisas posteriores. Adita-se ainda a necessidade de estender a revisão de literatura sobre a análise documentária brasileira, sobretudo dos estudos do Grupo Temma.

A restrição da pesquisa bibliográfica sobre a qual se baseou este estudo ao domínio brasileiro da Biblioteconomia e da Ciência da Informação consiste em um grande limite desta pesquisa. Pode ser possível que se tenha ignorado resultados de estudos realizados em outros países e publicados em outros idiomas, os quais tenham discutido o tratamento temático da charge. Porém, se necessita da superação das barreiras terminológicas em torno dos conceitos de charge, de história em quadrinhos, de caricatura e de cartum. Sendo necessária a identificação precisa de seus correspondentes em outros idiomas. Somente assim será possível a pesquisa bibliográfica eficaz sobre a organização da informação em charges, em domínio internacional.

Algumas pesquisas apontam para os diálogos possíveis entre a Linguística Documentária, área a que se subordina a análise documentária, e a Análise de Domínio (ANDRADE, 2010; LARA, 2008; KOBASHI, FRANCELIN, 2011). A pesquisa a respeito da análise documentária de charge não apenas deve acompanhar as discussões, mas também contribuir para o estabelecimento de pontos comuns e divergentes em ambas as abordagens. Assim, se

pretende contribuir para o desenvolvimento de metodologias para a organização e representação da informação e do conhecimento.

A interface entre a Ciência da Informação e a Linguística tem sido debatida por pesquisadores de ambos os domínios, como, por exemplo, Andersen (2008), Cintra (1983), Cintra et al. (1994), García Gutierrez (1990), Guedes (2010), Lara (2001), Mollica e Guedes (2011) e Mollica e Leal (2012). O diálogo interdisciplinar entre as duas áreas do conhecimento têm contribuído para a compreensão da construção de conceitos no campo do conhecimento humano, bem como de seu tratamento e de sua transmissão. Esta pesquisa aponta para a necessidade de se recorrer à Linguística, em especial à Linguística Textual, para discutir a charge bem como a análise documentária. Desse modo, esta pesquisa não apenas se vale dos diálogos entre a Ciência da Informação e a Linguística, mas contribui para o estabelecimento interdisciplinar dos dois campos do conhecimento.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho desenvolveu um estudo exploratório a respeito da análise documentária de charge. A partir de uma discussão sobre a charge enquanto gêneros discursivo e documental assim como sobre a análise documentária, levantou questões sobre as especificidades do processo de análise documentária de charge.

A capacidade de a charge ser informativa está associada com seu aspecto pragmático à medida que revela o caráter social e simbólico da informação e, conseqüentemente, os ambientes e as situações concretas de uso. A charge pode ser dotada de informatividade para um indivíduo assim como pode ser relevante para determinados domínios de conhecimento. Diante do exposto, afirma-se que a charge é um potencial objeto de investigações para a Ciência da Informação, visando à sua valorização como geradora de conhecimento e, na perspectiva de Rendón Rojas (2005, p. 130), à sua transformação em ser documento de “terceiro nível”. Essas investigações incluem o desenvolvimento de metodologias para sistematização do tratamento documentário da charge, material de características informacionais e linguísticas próprias.

As especificidades textuais da charge devem ser observadas durante o processo de organização da informação. Esse procedimento se justifica em vista das especificidades informativas, as quais estão diretamente relacionadas às características discursivas da charge. A análise documentária se apresenta como abordagem teórico-metodológica profícua para a organização da informação de charge, considerando suas interlocuções com a Linguística Textual.

A partir da discussão sobre a charge, em seus aspectos linguísticos e informativos, e sobre a análise documentária, este trabalho alcança seu objetivo em seu caráter de estudo exploratório. Apesar de não chegar a resultados conclusivos, consegue apontar temas e questões sobre a análise documentária de charge. Clarifica conceitos referentes à charge, à sua informatividade e à sua linguagem bem como à análise documentária. Desse modo, indica perspectivas para pesquisas futuras sobre a charge no domínio da Ciência da Informação, particularmente em análise documentária. Assim, se espera contribuir para os avanços teórico-metodológicos do tratamento da informação de linguagem verbal-imagética contidas em charges, tornando possível a ampliação de seu uso como fonte de informação.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSEN, Jack. The concept of genre in information studies. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 42, cap. 8, p. 339-367, 2008.
- ANDRADE, Julietti. **A Linguística Documentária e a Análise de Domínio na Organização da Informação**. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez. 2009.
- ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2007. (Série Ciência da Informação e da Comunicação).
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Portal Ancib**. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br>>. Acesso em: 8 ago. 2012.
- AUDIÊNCIA no STF discute liberação de livro de Monteiro Lobato acusado de racismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 set. 2012. Disponível em: <<http://folha.com/no1151220>>. Acesso em: 6 fev. 2013.
- BARITÉ, Mario. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília, SP: UNESP Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.
- BARITÉ ROQUETA, Mario. Sistemas de organización del conocimiento: una tipología actualizada. **Informação e Informação**, Londrina, v. 16, n. esp., p. 122-139, jan./jun. 2011.
- BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento?. In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT, Johana Wilhelmina (orgs.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, USP, 2010.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: SILVA, Fabiano Couta da.; SALES, Rodrigo de. **Cenários da organização do conhecimento: linguagens documentárias em cena**. Brasília, DF: Thesaurus, 2011. p. 9-10.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ministro promove audiência de conciliação nesta terça (11). **Notícias STF**, 6 set. 2012. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/porta/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=217373&caixaBusca=N>>. Acesso em: 6 fev. 2013.
- CAPURRO, Rafael. Epistemología y ciencia de la informacion. **Enl@ce**, Maracaibo [Venezuela], v. 4, n. 1, p. 11-29, ene./abr 2007.
- \_\_\_\_\_.; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, MG, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CINTRA, Anna Maria Marques. Elementos de Linguística para estudos de indexação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 12, n. 1, p. 5-22, 1983.

\_\_\_\_\_. Estratégias de leitura em Documentação. In: GRUPO TEMMA; SMIT, Johanna (Coord.). **Análise documentária: a análise de síntese**. 2. ed. Brasília, DF: SCT/PR; CNPq; IBICT, 1989. p. 30-37.

\_\_\_\_\_. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Editora Polis, 1994.

CIRNE, Moacy. Por que ler quadrinhos?. \_\_\_\_\_. et. al. **Literatura em quadrinhos no Brasil: acervo da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

COSTA, Robson Santos; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. A construção de sentido na informação das histórias em quadrinhos. **Datagramazero**, v. 10, n. 2, Artigo 01, abr. 2009.

CUNHA, Isabel Maria Ribeiro Ferin. **Do mito à análise documentária**. São Paulo: EDUSP, 1990. (Teses, 11).

DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006.

DAHMER, André. Quadrinhos dos Anos 10. In: **Malvados**. Disponível em: <[www.malvados.com.br](http://www.malvados.com.br)>. Acesso em 26 jan. 2013.

DICIONÁRIO terminológico para a consulta em linha. Lisboa: Ministério da Educação e da Ciência, Direção-Geral da Educação, [2012]. Disponível em: <<http://dt.dgidec.min-edu.pt>>. Acesso em: 5 fev. 2012.

FLÔRES, Onici. **A leitura da charge**. Canoas, RS: Ed. ULBRA, 2002.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **Datagramazero**, v. 5, n. 4, Artigo 01, ago. 2004.

\_\_\_\_\_. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003.

GALVÃO, Jean. Lobato no tribunal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 set. 2012. Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/9838-charges-setembro#foto-188598>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luis. **Estructura lingüística de la documentación: teoría y método**. Murcia [Espana]: Universidade de Murcia, Secretariado de Publicaciones, 1990.

GASQUE, Kelley Cristina Gonçalves Dias; RAMOS, Rubem Borges Teixeira. As histórias em quadrinhos: instrumento de informação e de incentivo à leitura. **Datagramazero**, v. 13, n. 2, Artigo 07, abr. 2012.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. **Domínios da Imagem**, Londrina, PR, v. 1, n. 2, p. 7-26, maio 2008.

GOMES, Thulio Pereira Dias; OLIVEIRA, Mariana Mathias Moraes; SILVA, Amanda Barbosa Nogueira da. Análise conceitual em charges: um estudo preliminar. In: JORNADA GIULIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, ARTÍSTICA E CULTURAL DA UFRJ, 34, Rio de Janeiro, 2012. **Livro de Resumos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. p. 570. CD-ROM.

GUEDES, Vânia Lisbôa da Silveira. **Nominalizações deverbais em artigos científicos**: uma contribuição para a análise e a indexação temática da informação. 2010. 109 f. Tese (Doutorado em Linguística)–Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GUIMARÃES, Elisa. **A articulação do texto**. ed. rev. atual. São Paulo: Ática, 2005. (Série Princípios, 182).

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos histórico-conceituais. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (orgs.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2003. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 2). p. 100-117.

\_\_\_\_\_. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação: catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Ibsersid**, Zaragoza [Espanha], v. 3, p. 105-117, 2009.

\_\_\_\_\_.; MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio; ALENCAR, Maíra Fernandes. A análise documental no universo científico dos ENANCIBS: elementos para uma análise de domínio. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, ENANCIB, 13, 2012. **Anais digitais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. CD-ROM.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; SALES, Rodrigo. Análise documental: concepções do universo acadêmico brasileiro em Ciência da Informação. **Datagramazero**, v. 11, n. 1, Artigo 02, fev. 2010.

\_\_\_\_\_.; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. A dimensão interdisciplinar da análise documental nos contextos brasileiro e espanhol no âmbito da organização do conhecimento. **Datagramazero**, v. 13, n. 6, Artigo 07, dez. 2012.

GURGEL, Nair. A charge numa perspectiva discursiva. **Primeira Versão**, Porto Velho, RO, v. 2, n. 135, fev. 2004.

HEMAIS, Barbara; BIASI-RODRIGUES, Bernadete. A proposta sócio-retórica de John M. Swales para o estudo de gêneros textuais. MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-Roth, Désirée (orgs.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005. p. 108-129.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches - traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

\_\_\_\_\_. Toward a theory of aboutness, subject topicality, theme, domain, field, content... and relevance. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 52, p. 774-778, 2001.

\_\_\_\_\_. What is knowledge organization (KO)?. **Knowledge Organization**, v. 35, n. 3, p. 86-101, 2008.

\_\_\_\_\_.; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society of Information Science**, v.46, n.6, p. 400-425, 1995.

KOBASHI, Nair Yumiko. Análise documentária e representação da informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 5-27, jul./dez.1996.

\_\_\_\_\_.; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Conceitos, categorias e organização do conhecimento. **Informação e Informação**, Londrina, PR, v. 16, n. esp., p. 1-24, jan./jun. 2011.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Conceitos de Organização e Representação do Conhecimento na ótica das reflexões do Grupo Temma. **Informação e Informação**, Londrina, PR, v. 16, n. 3, p. 92-121, jan. jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Informação, informatividade e Linguística Documentária: alguns paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro. **Datagramazero**, v. 9, n. 6, Artigo 01, dez. 2008.

\_\_\_\_\_. O Unicórnio (o Rinoceronte, o Ornitorrinco...), a Análise Documentária e a Linguagem Documentária. **Datagramazero**, v. 2, n. 6, Artigo 03, dez. 2001.

MAIMONE, Giovana Deliberali. **Estudo do tratamento informacional de imagens artístico-pictóricas**: cenário paulista - análises e propostas. Campinas, SP: 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2007.

\_\_\_\_\_.; GRACIOSO, Luciana de Souza. Representação temática de imagens: perspectivas metodológicas. **Informação e Informação**, Londrina, PR, v. 12, n. 1, jan./jun. 2007.

MAIMONE, Giovana Deliberali; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Tratamento informacional de imagens artístico-pictóricas no contexto da Ciência da Informação. **Datagramazero**, v. 9, n. 2, Artigo 02, abr. 2008.

\_\_\_\_\_. Metodologias de representação da informação imagética. **Transinformação**, Campinas, SP, v. 21, n. 3, p. 181-196, set./dez., 2009.

MANINI, Miriam Paula. **Análise documentária de fotografias**: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado)-Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2002.

McCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. São Paulo: M. Books, 2005.

MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães; GUEDES, Vânia Lisbôa da Silveira. **Gêneros discursivos e Ciência da Informação**. IBICT/CNPq, 2011. No prelo. Disponível em: <<http://www.ppgci.ufrj.br/index.php/teste?download=213%3Ageneros-discursivos-e-ciencia-da-informacao>>. Acesso em: 27 set. 2012.

MOLLICA, Maria Cecília; LEAL, Marisa. Ler e interpretar informação. In: MOLLICA, Maria Cecília; GONZALEZ, Marcos. (orgs.) **Linguística e Ciência da Informação**: diálogos possíveis. Curitiba, PR: Appris, 2012. p. 183-190.



MOREIRO GONZÁLEZ, José Antônio; ROBLEDANO ARILLO, Jesús. **O conteúdo da imagem**. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2003.

MORRETI, Fernando A. **Qual a diferença entre charge, cartuns e quadrinhos?**. [2005?]. Disponível em: <[http://www.aleph.com.br/moretti/artigos\\_diferenca.htm](http://www.aleph.com.br/moretti/artigos_diferenca.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2013.

MOTERANI, Natália Gonçalves; MENEGASSI, Renilson José. O conteúdo temático do gênero discursivo tira em quadrinhos. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, Maringá, PR, v. 32, p. 225-232, 2010.

NICOLAU, Marcos. As tiras e outros gêneros jornalísticos: uma análise corporativa. **Revista Eletrônica Temática**, João Pessoa, PB, v. 7, n. 2, fev. 2010.

NOVAES, José. José Saramago, agora um sonho. **Bloghumor do Novaes**, 25 mar. 2011. Disponível em: <<http://novacharges.wordpress.com/2011/03/25/jose-saramago-agora-um-sonho/>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

OLIVEIRA, Carlos Victor de. **O valor informativo das histórias em quadrinhos como canal de divulgação científica**. Rio de Janeiro, 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2012.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **Datagramazero**, v. 11, n. 2, Artigo 03, abr. 2010.

PANOFSKY, Erwin. **Significado das artes visuais**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

PELÁEZ MALAGÓN, José Enrique. El concepto de caricatura como arte en el siglo XIX. **Sincronía**, Guadalajara, Jal. [México], Primavera, 2002.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología**. 2. ed. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-Roth, Désirée (orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183.

ROHR, Daniele; MATOS, José Claudio Morelli. O livro de quadrinhos como categoria bibliográfica autônoma. **Datagramazero**, v. 13, n. 2, artigo 2, abr. 2012.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-Roth, Désirée (orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005. p. 184-207.

RUAS, Carlos. Freud 8. **Um sábado qualquer**, n. 316, 24 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.umsabadoqualquer.com/category/freud/>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

SABATINI, Francesco; COLETTI, Vittorio. **Sabatini Coletti**: dizionario della lingua italiana. Milano [Italia]: RCS Libri, c2011.

SHATFORD, Sara. Analyzing the subject of a picture: a theoretical approach. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 6, n. 3, p. 39-62, 1986.

SMIT, Johanna W. A análise da imagem: um primeiro plano. In: GRUPO TEMMA. **Análise documentária**: a análise da síntese. 2. ed. Brasília, DF: IBICT, 1989. P. 101-113.

\_\_\_\_\_. A representação da imagem. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 28-36, jul./dez. 1996.

SOUSA, Maurício. **Turma da Mônica**: acessibilidade. ed. esp. c2004. Disponível em: <<http://www.monica.com.br/institut/acessibilidade/capa.htm>>. Acesso em 5 fev. 2013.

SOUZA, Edvaldo; TOUTAIN, Lúdia Brandão. História em quadrinhos: barreiras para representação documental. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 75-95, abr. 2010.

SOUZA, Rosali Fernandez de. Organização do conhecimento. In: TOUTAIN, Lúdia Maria Batista Brandão (org.). **Para entender Ciência da Informação**. Salvador, BA: EDUFBA, 2007. (Sala de Aula, 6).

SVENONIUS, Elaine. **The intellectual foundations of information organization**. Cambridge: The MIT Press, c2000.

THE FREE Dictionary. Farlex, c2013. Disponível em: <<http://www.thefreedictionary.com>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

VAN DIJK, Teun. **La ciencia del texto**: un enfoque interdisciplinario. Barcelona [España]: Paidós, 1992.